



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

MARÇO/2011



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (especificar o nº do normativo, se houver).

Teresina/PI, 31 de Março de 2010.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão

IN – Instrução Normativa

DN – Decisão Normativa

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

Port. – Portaria

UJ – Unidade Jurisdicionada

17ªSRPRF/PI – 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ

PRF – POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

DPRF – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

MJ – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MPOG – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

PLA – PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

PPA – PLANO PLURIANUAL

PRF – POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

SRPRF – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

UG – UNIDADE GESTORA

INTRODUÇÃO.....	9
A – CONTEÚDO GERAL.....	10
1. IDENTIFICAÇÃO.....	10
1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	10
1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ.....	12
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	13
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	13
2.1.1. COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	13
2.1.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	19
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	21
2.2.1. ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO	21
2.2.2. ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO.....	22
2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO.....	24
2.3.1. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO.....	24
2.3.1.1. PROGRAMA 1386 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	24
2.3.1.1.1. AÇÃO 1D49 – CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	26
2.3.1.1.2. AÇÃO 200G – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES.....	26
2.3.1.1.3. AÇÃO 8623 – REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	27
2.3.1.1.4. AÇÃO 200C – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA.....	28
2.3.1.1.5. AÇÃO 8698 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO..	28
2.3.1.2. PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS.....	30
2.3.1.2.1. AÇÃO 2B11 – MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	33
2.3.1.2.2. AÇÃO 2524 – CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	34
2.3.1.2.3. AÇÃO 2723 – POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS	42
2.3.1.2.4. AÇÃO 2816 – SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	48
2.3.1.2.5. AÇÃO 4290 – ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS..	48
2.3.1.2.6. AÇÃO 4641 – PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA.....	50
2.3.1.2.7. AÇÃO 86A1 – PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA PRF	51

2.3.1.2.8. AÇÃO 8692 – EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS	55	
2.3.1.2.9. AÇÃO 2720 – AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA	57	
2.3.1.3. PROGRAMA 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO.....	58	
2.3.1.3.1. AÇÃO 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE.....	59	
2.3.1.3.2. AÇÃO 2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES.....	65	
2.3.1.3.3. AÇÃO 2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	65	
2.3.1.3.4. AÇÃO 2011 – AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	66	
2.3.1.3.5. AÇÃO 2012 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	66	
2.3.1.3.6. AÇÃO 09HB – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.....	67	
2.3.1.3.7. AÇÃO 20CW – ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS – EXAMES PERIÓDICOS	28	
.....	68	
2.3.2. EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS.....	70	
2.3.2.1 ANÁLISE CRÍTICA.....	70	
2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO.....	76	
2.4.1. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA.....	76	
2.4.1.1. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....	76	
2.4.1.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL.....	76	
2.4.1.3. QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	76	
2.4.1.4. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	76	
2.4.1.4.1. ANÁLISE CRÍTICA.....	77	
2.4.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA.....	78	
2.4.2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	78	
2.4.2.1.1. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.....	78	
2.4.2.1.2. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	79	
2.4.2.1.3. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	80	
2.4.2.1.3.1. ANÁLISE CRÍTICA.....	80	
2.4.2.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	80	
2.4.2.2.1. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	80	
2.4.2.2.2. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	81	
2.4.2.2.3. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR		

MOVIMENTAÇÃO.....	82	
ANÁLISE CRÍTICA.....	82	
2.4.3. INDICADORES INSTITUCIONAIS.....	83	
2.4.3.1. PROGRAMA 0663.....	83	
2.4.3.2. PROGRAMA 1386.....	83	
2.4.3.3. PROGRAMA 0750.....	83	
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	84	
3.1. ANÁLISE CRÍTICA.....	84	
4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	84	
4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	84	
4.2. ANÁLISE CRÍTICA.....	85	
5. RECURSOS HUMANOS.....	86	
5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	86	
5.1.1 QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	86	
5.1.1 QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	87	
5.1.2 QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	87	
5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	89	
5.2.1 QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	89	
5.2.2 QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	89	
5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	89	
5.4. QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010	90	
5.5. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	91	
5.5.1. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	91	
5.5.2. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	92	
5.5.3. DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	92	
5.6. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	93	
5.6.1. ABSENTEÍSMO.....	96	
5.6.2. ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS.....	96	
5.6.3. ROTATIVIDADE (TURNOVER).....	96	
5.6.4. EDUCAÇÃO CONTINUADA.....	96	
5.6.5. SATISFAÇÃO E MOTIVAÇÃO.....	98	
5.6.6. DISCIPLINA.....	99	

5.6.7. DESEMPENHO FUNCIONAL.....	147
5.6.8. NÍVEIS SALARIAIS.....	147
5.6.9. DEMANDAS TRABALHISTAS.....	148
6. TRANSFERÊNCIAS.....	148
6.1. TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO.....	148
6.1.1. RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS.....	148
6.1.2. QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	149
6.1.3. INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO NO EXERCÍCIO DE 2011 E SEGUINTE.....	150
6.1.4. INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	151
6.1.5. INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	152
6.2. ANÁLISE CRÍTICA	154
7. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	155
7.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	155
8. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	159
9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	163
9.1. GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	163
9.1.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	163
9.1.2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	163
NÃO HÁ.....	164
9.1.3. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	74
R\$ 1,00.....	164
10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	166
11. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	168
12. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	168
12.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	168
12.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	168
12.3. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	168
12.4. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	168
B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	169

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL.....171

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão é instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010., que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2010, apresentado, para apreciação, pela Administração Regional da 17ª Superintendência Regional, entidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça.

Neste Relatório de Gestão, há menção às metas, aos resultados consolidados, bem como à destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo *0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais*, *1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo*, no exercício de 2010. Constitui o relatório instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí.

Gestão, Planejamento e Controle nortearam a elaboração deste Relatório de Gestão, que, organizado e sistematizado, possibilita a visualização das ações desenvolvidas pela 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2010 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

A implementação de contratações de novos serviços e materiais até então não adquiridos pela 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí, como serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de rádio e torres dos postos e delegacias, serviços médico-veterinários para atender aos cães patrimoniados desta Unidade Regional, serviços de manutenção corretiva de equipamentos de informática e impressoras, serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos oficiais do tipo motocicletas, entre outras.

A 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí, como entidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, encerra seu exercício de 2010 ao preconizar a missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

Os itens 4, 7, 8, 9 e 10 da letra A e os itens 2, 3 e 4 da letra B e a letra C do anexo II da DN TCU nº 100/2009 **não se aplicam à natureza jurídica da UJ.**

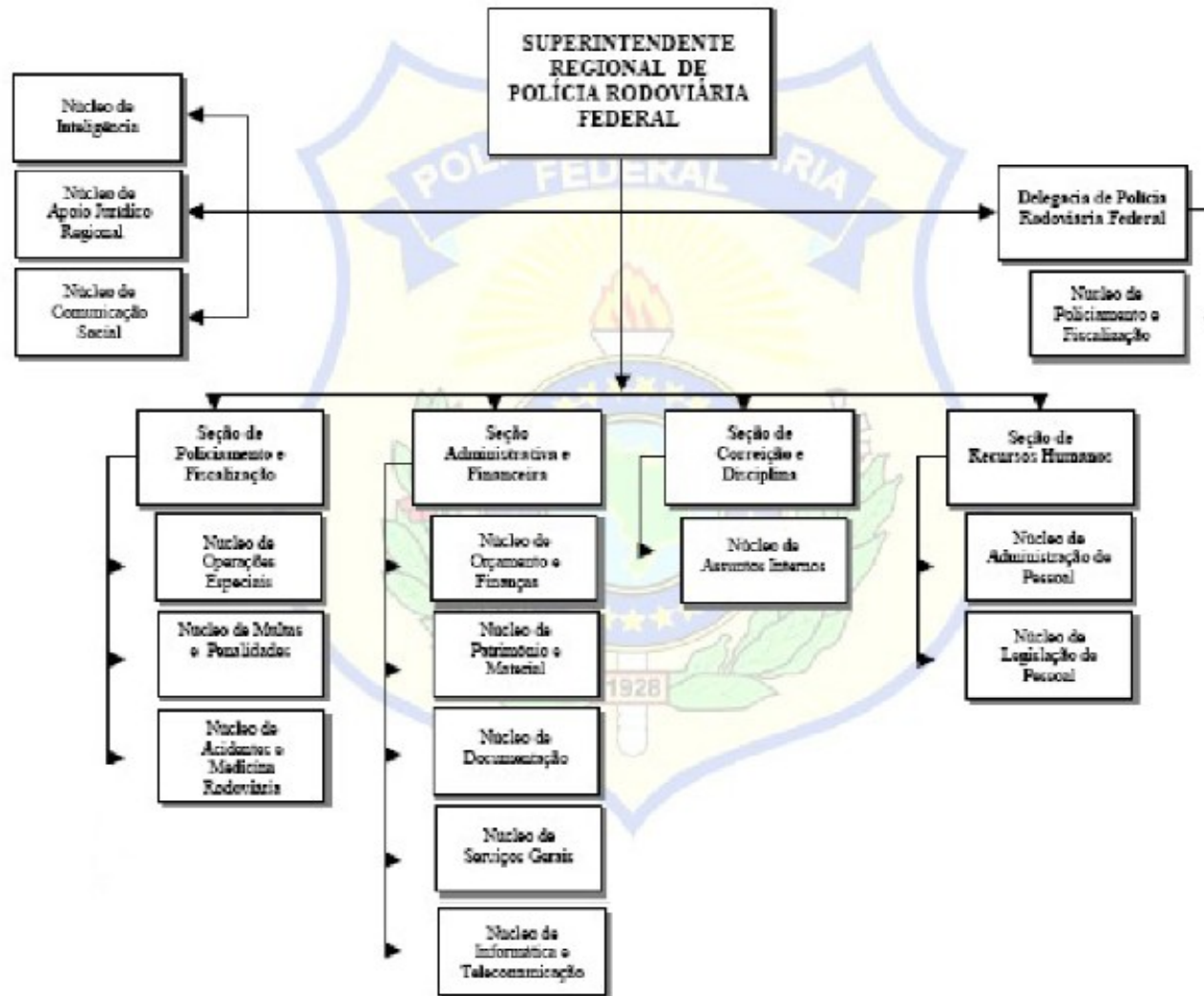
A- CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		Código SIORG: 002823	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL DO ESTADO DO PIAUÍ			
Denominação abreviada: 17ªSRPRF/PI			
Código SIORG: 002823	Código LOA: NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ	Código SIAFI: 200127	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão público.			
Principal Atividade: Segurança e ordem pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(86)3233-1414	(86)3233-2322	(86)3232-1142
Endereço eletrônico: sup.pi@dprf.gov.br ; saf.pi@dprf.gov.br			
Página da Internet: http://portalnet.sede.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida João XXIII, nº 1516, Bairro dos Noivos, Teresina-Piauí, Cep 64.045-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Constituição Federal, em parágrafo 2º do seu art. 144, a competência estabelecida no art. 20 da Lei nº 9.503, de 23.09.1997, Código de Trânsito Brasileiro.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno disposto na Portaria nº 1.375, de 02.08.2007, publicado no DOU nº 150 em 06.08.2007, tendo por finalidade, além do disposto no Decreto nº 1.655, de 03.10.1995, a estrutura organizacional constante no art. 2º, inciso II e § 1º, inciso XVII juntamente com os artigos 75 a 95, todos da Portaria nº 1.375/2007.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			

Código SIAFI	Nome
200127	17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ



2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS:

2.1.1. COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

A 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, unidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, tem suas competências definidas no Art. 144, § 2º da Constituição Federal, quanto ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais, na forma da lei, no Art. 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), no Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e, especificamente, as atribuições previstas no Art. 1º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, asseveradas a seguir:

- realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;
- executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;
- efetuar a fiscalização e o controle do trânsito e tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); e
- colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis; o realizar concursos públicos, outros processos seletivos, cursos, estágios, formação, treinamentos e demais atividades de ensino na área de sua competência.

Organizacionalmente, a 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, presente em todo o Estado do Piauí, atualmente encontra-se estruturada nos termos do Art. 2º, I do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, pelas unidades desconcentradas 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – 17ª SRPRF/PI, com 03 (três) núcleos diretamente subordinados, a saber: Núcleo de Apoio Técnico, Núcleo de Comunicação Social, Núcleo de Inteligência; 04 (quatro) seções, cada uma delas composta na hierarquia por núcleos: Seção de Policiamento e Fiscalização, com os núcleos: Núcleo de Operações Especiais, Núcleo de Multas e Penalidades, Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária; a Seção Administrativa e Financeira, Núcleo de Orçamento e Finanças, Núcleo de Patrimônio e Material, Núcleo de Documentação, Núcleo de Serviços Gerais, Núcleo de Telemática; a Seção de Recursos Humanos, pelo Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal, Núcleo de Administração de Pessoal; a Corregedoria Regional, pelo Núcleo de Assuntos Internos; e 05 (cinco) Delegacias de Polícia Rodoviária Federal e 05 (cinco) Núcleos de Policiamento e Fiscalização, com localização nas cidades de Teresina (1ª Delegacia com sede na cidade de Teresina e composta por três postos, sendo dois em Teresina e outro em Campo Maior), de Piriipiri (2ª Delegacia com sede na cidade de Piriipiri e composta por dois postos nas cidades de Piriipiri e São João da Fronteira), de Floriano (3ª Delegacia com sede na cidade de Floriano e composta por um posto na cidade de Floriano), de Picos (4ª Delegacia com sede na cidade de Picos e composta por três postos nas cidades de Picos, Valença e Alegrete), de Parnaíba (5ª Delegacia com sede na cidade de Parnaíba e composta por um posto na cidade de Parnaíba), totalizando, assim, em sua estrutura, 34 unidades de atendimento em todo o estado.

Compete à 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí, no âmbito da sua circunscrição, executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal; conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente; emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional; lotar servidores no âmbito da Unidade Regional; conceder remoção, ex-officio, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União; aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência; aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade; autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação; autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento; encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Cabe ao Núcleo de Apoio Técnico promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente; prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos; prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência; elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente; prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado; reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.

De considerável importância no âmbito da Unidade Regional, o Núcleo de Comunicação Social deve orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social; promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência; providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional; apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência; programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades.

Com a freqüente necessidade de assegurar a proteção da Regional frente a ameaças reais, o Núcleo de Inteligência, mediante diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, entre outras atribuições, assessora e mantém o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência, apresenta relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência, intensifica a produção de conhecimentos para a atividade-fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência, como, por exemplo, a identificação de pontos de prostituição infantil nas rodovias federais, planeja e elabora o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência, manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação, propõe a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do Superintendente.

A Seção de Policiamento e Fiscalização, de características próprias das atividades-fim do policial rodoviário federal, programa, determina, supervisiona e executa as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria; além de coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência; coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta; orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas; organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados; programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.

Atribuição definida no Art. 80 do Regimento Interno, cabe ao Núcleo de Operações Especiais orientar, controlar e executar as atividades relativas ao

policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública; estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento; executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência; apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico; executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais; executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução; pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.

Para evitar maiores digressões, o Núcleo de Multas e Penalidades se destaca por orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos. O Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária se torna responsável pelo planejamento, coordenação, orientação e execução das atividades de saúde no âmbito das vias federais, como atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, transporte de órgãos, apoio de saúde a operações da Unidade Regional, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos para o trânsito, atividades de medicina do tráfego, investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito, confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.

Conhecida pelo termo “coração da polícia” devido às atividades essenciais ao pleno exercício pelo policial rodoviário federal nas rodovias federais, a Seção Administrativa e Financeira da 17ª SRPRF/PI promove desde o pagamento da conta de luz até a aquisição de viaturas ou construção e reforma de postos PRF. Cabendo, portanto, à mesma programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações; elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência; orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório; coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente; construção e comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência; indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional; prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação; supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência; organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório; promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no

âmbito da Unidade Regional; e desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.

Subordinado à Seção Administrativa e Financeira, o Núcleo de Orçamento e Finanças, dentre as treze atribuições previstas no Regimento Interno, destacam-se a de programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira, controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas; informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária; manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência. Hierarquicamente inferior à Seção Administrativa e Financeira, o Núcleo de Patrimônio e Material efetua o levantamento das necessidades da Superintendência e propõe a aquisição de bens móveis e imóveis e promove o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência. Ao Núcleo de Documentação compete controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos; receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências; entre outras. Visto como principal auxiliar da SAF nas suas atividades, ao Núcleo de Serviços Gerais compete encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços, processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente; instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores; dentre as consideráveis funções. Outro núcleo da Seção Administrativa e Financeira, o Núcleo de Telemática responsável por planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização; desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação; treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência; pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação; promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.

Definidas as atribuições no Art. 89 do Regimento Interno, a Seção de Recursos Humanos programa, coordena e executa as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e planeja, coordena, orienta e executa as seguintes atividades de saúde: a) concessão de plano de saúde;b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;c) Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável - PROSSERV;d) apoio de saúde institucional;e) higiene e saúde no trabalho;f) perícias;g) doenças do trabalho;h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;i) medicina do trabalho;j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;l) juntas médicas regionais. Ainda, presta assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química, auxilia as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, realiza a inspeção de saúde para prática de atividades físicas, das inúmeras funções elencadas.

Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal compete, entre outras, orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos

servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores. Enquanto, para o Núcleo de Administração de Pessoal faz imprescindível pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo.

As atividades da Corregedoria Regional se destacam ao planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correcionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente, bem como proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes, acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente, elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática; receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares; elaborar e manter atualizado os relatórios da área correicional da Unidade Regional; organizar e manter atualizado cadastro de informações correcionais de servidores da Superintendência; manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área; orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares; elaborar estatísticas de interesse da área correicional e relatórios de gestão; prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correcionais; promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência; auxiliar na gestão do orçamento correicional; elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Cabe ao Núcleo de Assuntos Internos auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional, executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares, promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional, receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo, e operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

A composição da Superintendência pelas 05 (cinco) delegacias no estado do Piauí, cujas funções correspondem a executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, o controle e a orientação dos procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas, dentre as dispostas no Art. 94 do Regimento Interno.

Junto com os demais órgãos da área de Segurança Pública, a Polícia Rodoviária Federal no estado do Piauí intensificou sua presença no trabalho de prevenção e repressão ao crime organizado, especialmente no combate ao roubo e furto de veículos e cargas, aos crimes como o narcotráfico, o

contrabando e o descaminho, a sonegação fiscal, o tráfico de menores, prostituição infantil, além de servir como base de apoio para operações especiais de órgãos como Polícia Federal, Civil e Militar, a Receita Federal, a Fundação Nacional de Saúde, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Ministério Público da União, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento de Transporte Rodoviário, bem como as Secretarias Estaduais de Fazenda.

Anualmente, a Polícia Rodoviária Federal cumpre um calendário extenso de operações, especialmente em feriados e fins de semanas prolongados. Independentemente disso, ela desenvolve comandos voltados à educação de trânsito e à fiscalização do transporte de produtos perigosos, como substâncias tóxicas, explosivos, corrosivos, inflamáveis, radioativas, fazendo inclusive serviços de batador para o transporte de cargas de dimensões excepcionais e de urânio. Faz ainda a escolta e segurança de autoridades brasileiras e/ou estrangeiras, em trânsito pelo País.

2.1.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses

fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal. Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a conseqüência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado, o Estado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1. ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DA 17ª SRPRF/PI

Os principais objetivos definidos para 2010 foram:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;**
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;
- Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

2.2.2. ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO DA 17ª SRPRF/PI NO EXERCÍCIO DE 2010

Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias

Estratégia 1: Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos

A presença da viatura na rodovia cria uma expectativa de punição nos usuários, acabando por reduzir e mesmo inibir acidentes. Para isso, deve-se alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos, e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

O cartão programa apresenta um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos. O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através dos bancos de dados da PRF, o Datatran e o DINOP, verificam-se os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, respectivamente, programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto, no decorrer da semana.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:

Falta de efetivo:

Com reduzido número do efetivo de policiais por posto no plantão, inclusive nos Postos de Alegrete (Posto 02 da 5ª Del. de Picos/PI) e de São João da Fronteira (Posto 02 da 2ª Del. de Piripiri/PI), devendo 01 (um) ficar no posto para atendimento ao público e de chamadas emergenciais, enquanto ao outro cabe o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que torna altamente inseguro e desaconselhável, por questão de segurança. Inclusive no Regimento Interno, bem como no Manual de Rotinas Operacionais do Policial Rodoviário Federal, é proibido o deslocamento de apenas 01 policial na viatura, exceto para atender acidentes e para prestar auxílio ao usuário na rodovia. Assim, fica inviável o cartão programa nesses postos onde o efetivo é reduzido, não sendo os pontos críticos nas rodovias fiscalizados.

A extensa malha rodoviária do estado do Piauí aliada ao reduzido número de postos inviabilizam a fiscalização da Polícia Rodoviária Federal ao ultrapassar os 100 km de rodovias por posto na 17ª SRPRF/PI, considerado esta distância ideal para um atendimento satisfatório ao proporcionar uma redução no tempo-resposta. O posto de Floriano (posto 1 da 3ª Del. de Floriano/PI), localizado a 248 km da cidade de Teresina/PI, encontra-se no sul do Estado e fica responsável por um trecho rodoviário de mais de 800 km a sul do Estado, tendo como estados limítrofes Maranhão, Tocantins e Bahia, ficando praticamente inviável fiscalizar toda essa extensa malha rodoviária.

Recursos insuficientes para manutenção de viaturas:

A frota da 17ª SRPRF/PI é composta, em sua maioria, por veículos com mais de 02 anos de uso, tornando-se, em muitos casos, praticamente inviável a manutenção corretiva por superar em custos o valor do próprio veículo. Inclusive, em função da escassez de recurso, a manutenção preventiva praticamente não é assimilada de forma eficaz em razão da provisão orçamentária estimada em contrato próprio nesta Unidade Regional.

Cabe ressaltar que essa limitação orçamentária fora estabelecida através da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário do DPRF que contemplou esta Regional na medida do possível quando de suas descentralizações em nível nacional devido aos ajustes direcionados quando das liberações do Ministério da Justiça.

Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas

Foi observado que um grande número de acidentes e mortes ocorriam em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e ciclistas, inclusive motociclistas. Grande parte dos acidentes acontecem por negligência de pedestres/ciclistas que ao atravessar as rodovias não utilizam as passarelas, se arriscando no meio do trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema é a instalação de diversas lombadas eletrônicas nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas.

Em trechos urbanos, os motociclistas, pelas curtas distâncias, não tomam as devidas precauções como uso de capacete, contribuindo de forma considerável para o aumento do número de acidentes.

A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias pertence ao DNIT que deverá priorizar a aquisição deste equipamentos para instalação nos trechos urbanos críticos em acidentes. Ainda, se faz necessária a inclusão de mais radares móveis e sinalização nos trechos urbanos, especialmente naqueles onde há elevados índices de acidentes, visando a redução dos mesmos.

Estratégia 2: Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes e Medidores de Tráfego

O efeito gerado pela utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido mostrado eficaz para diminuição de infrações de trânsito nas rodovias. Frequentes as infrações de trânsito em rodovias duplicadas, promovendo acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e conseqüente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos.

A utilização de contadores volumétricos de veículos, visa verificar quais rodovias são mais movimentadas, e em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização das rodovias. Não houve até o momento aquisição dos equipamentos contadores volumétricos.

Reforço nas ações de combate à criminalidade

Estratégia 1: Capacitar mais policiais nas ações de combate a criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2009, foram ministrados diversos cursos de capacitação do policial, como bem demonstra o resultado da Ação 2524-Capacitação do

Policial Rodoviário Federal.

Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

Estratégias 1: Construção, reforma e ampliação de postos de fiscalização da 17ª SRPRF/PI

A implementação da construção, reforma e ampliação das unidades desta 17ª SRPRF/PI visa prover a instituição de uma estrutura física adequada para a logística da atividade do Policial Rodoviário Federal, dando um suporte à atividade fim do servidor.

Não houve um expressivo investimento na estrutura física da Regional no exercício 2009, por ter sido priorizado em 2007.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, superintendências e sede, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Dificuldades:

1- Recursos ordinário insuficiente para atender as várias necessidades de reformas;

Estratégia 2: Substituição de viaturas obsoletas

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso, é necessário a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, e de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante as rondas/perseguições.

2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA 17ª SRPRF/PI

2.3.1. Execução dos Programas de Governo

2.3.1.1. PROGRAMA 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1386	Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Tipo de programa		Finalístico				
Objetivo geral		Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública				
Objetivos específicos		1D49 - Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal				
Gerente de programa		Hélio Cardoso Derenne				
Gerente Executivo		Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM				
Indicadores ou parâmetros utilizados		Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas				
Público Alvo		Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa			Em R\$			
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
76.257.323	83.472.406	64.136.055	37.507.132	26.628.923	36.490.574	
Informações sobre os resultados alcançados						
Indicador: Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	02/01/07	56,12	80,00	76,67	63,50
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de unidades operacionais existentes.						
Análise do Resultado Alcançado						
Devido as restrições orçamentárias o programa não atingiu a meta estabelecida de 76,67%, entretanto para o exercício de 2011 os projetos de reforma das bases operacionais estarão aptos a serem executados, juntamente com a renovação do parque de TI o que poderá reverter a tendência de não atingimento da meta final estabelecida para o PPA 2008-2011 de 80%.						

Como esse demonstrativo somente deverá ser preenchido pelas UJ que tiverem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual, estão presentes os dados do DPRF/MJ.

Dados Financeiros do Programa 1386 e respectivas Ações na 17ª SRPRF/PI:

1386	8698	MANUTENCAO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	518.954,30	451.117,60	67.836,70	451.117,60
TOTAL DO PROGRAMA			518.954,30	451.117,60	67.836,70	451.117,60

2.3.1.1.1. Ação 1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar o DPRF de Edifício Sede, em Brasília - DF, que possua estrutura física compatível à suas funções administrativas e operacionais, no sentido de melhor atender aos seus clientes internos e externos.
Descrição	Edificação do complexo central do DPRF, composto de edifício sede, academia, alojamentos, refeitório e centro de convenções localizada na cidade de Brasília/DF, a ser realizada através de certame licitatório, mediante projeto básico definido pela área de engenharia da Polícia Rodoviária Federal.

Resultados

Esta é uma ação exclusiva do DPRF não tendo resultado nas Regionais

2.3.1.1.2. AÇÃO:200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.

Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
-----------	--

Resultados

No exercício de 2010, esta Ação não foi implementada por aguardar descentralização de recursos orçamentários.

2.3.1.1.3. AÇÃO:8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.

Resultados

Foi realizada licitação do tipo convite, correspondendo ao Convite nº 01/2008 relativo ao processo administrativo nº 08.668.002.242/2008-61, resultando no Contrato nº 01/2009 – Contratação de empresa especializada para elaboração de levantamento técnico das condições físicas e de infraestrutura (redes elétricas, hidráulica e de dados e voz, sistema de proteção contra descargas atmosféricas e o sistema de comunicação visual), com confecção dos projetos executivos de reformas ou ampliações para as unidades operacionais, sob gestão da 17ª SRPRF/PI, buscando equipá-los de infraestrutura mínima.

2.3.1.1.4. AÇÃO: 200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

Tipo	Atividade
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.

Resultados

Aquisição de 08 (oito) veículos novos pela 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí, sendo 04 (quatro) veículos caracterizados de marca GM/Blazer para as atividades das Delegacias de Piripiri, Floriano, Picos e Parnaíba, 01 (um) Ford/Fusion para as atividades do Gabinete e 02 (dois) veículos MMC/Pajero para atender as necessidades da Seção de Policiamento e Fiscalização e para a 1ª Delegacia na cidade de Teresina. Houve transferência das viaturas, um Fiat/Ducato novo e um GM/Blazer, ano 2008, para atividades da 1ª Delegacia na cidade de Teresina.

2.3.1.1.5. Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de

	<p>autorizações, etc.</p> <p>Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.</p>
--	--

Resultados

Foi realizada através do Contrato 15/2010, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de máquinas impressoras multifuncionais, com sistema de impressão, fotocopiagem digital, telecopiagem (fax) e escaneamento, incluindo o fornecimento de peças e acessórios, suprimentos e insumos/consumíveis (toner e outros, exceto papel) e prestação de assistência técnica/manutenção; como também o fornecimento de peças e componentes de reposição e de quaisquer outros elementos que garantam a perfeita operacionalidade dos equipamentos destinados a atender aos Postos e Delegacias da 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Piauí.

2.3.1.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0663	Denominação: Segurança pública nas rodovias federais
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Objetivos específicos	<p>Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal</p> <p>Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal</p> <p>Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública</p> <p>Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais</p> <p>Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal</p> <p>Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais</p> <p>Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública</p> <p>Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF</p> <p>Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais</p>

Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne					
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho					
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais; Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais; Sensação de Segurança nas Rodovias Federais.					
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$		
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
94.194.339	138.453.339	93.488.201	82.912.705	10.289.279	82.398.968	
Informações sobre os resultados alcançados						
Indicador: Taxa de mortalidade nas rodovias federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade	02/01/2007	1,51	1,35	1,40	1,29
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
O Indicador TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES alcançou 98,40% e o Indicador TAXA DE MORTALIDADE 99,72%.						
A força de trabalho (efetivo), que a cada período reduz, principalmente por conta das aposentadorias, e a dotação orçamentária abaixo da necessária são os maiores óbices ao atingimento de todas as metas do Programa, principalmente quanto a ocorrência de acidentes. O quadro atual de cargos é de 13.098 policiais, sendo que há 9.181 preenchidos.						
As notificações das imposições de penalidade continuam sem serem envidadas. O crédito suplementar embora liberado não pode ser executado por falta de limite de empenho. Esse fato, além de frustrar a arrecadação e contribuir para a sensação de impunidade por parte dos infratores, impactará negativamente a Ação 86A1.						
A movimentação de efetivo a fim de reforçar as operações sazonais continuaram restando prejudicadas, em face da falta de recursos. Embora o produto da Ação 2723 (Procedimentos Realizados) tenha alcançado 141% de cumprimento da meta, a falta de recursos impediu a movimentação necessária a fim de permitir otimizar o trabalho operacional (Procedimento certo no lugar certo). Ressalta-se que quase a totalidade desses Procedimentos se referem a						

ação fiscalizadora preventiva.

Continua pendente a aprovação da reestruturação do DPRF, pois os atuais cargos e funções de chefia estão aquém das demandas do órgão. O Processo para tal fim continua no Ministério do Planejamento, aguardando o aceno da Casa Civil para o encaminhamento final.

Indicador: Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais

Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Unidade	02/01/2007	27,20	25,50	26,00	27,13

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional.

Análise do Resultado Alcançado

O Indicador TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES alcançou 98,40% e o Indicador TAXA DE MORTALIDADE 99,72%.

A força de trabalho (efetivo), que a cada período reduz, principalmente por conta das aposentadorias, e a dotação orçamentária abaixo da necessária são os maiores óbices ao atingimento de todas as metas do Programa, principalmente quanto a ocorrência de acidentes. O quadro atual de cargos é de 13.098 policiais, sendo que há 9.181 preenchidos.

As notificações das imposições de penalidade continuam sem serem envidadas. O crédito suplementar embora liberado não pode ser executado por falta de limite de empenho. Esse fato, além de frustrar a arrecadação e contribuir para a sensação de impunidade por parte dos infratores, impactará negativamente a Ação 86A1.

A movimentação de efetivo a fim de reforçar as operações sazonais continuaram restando prejudicadas, em face da falta de recursos. Embora o produto da Ação 2723 (Procedimentos Realizados) tenha alcançado 141% de cumprimento da meta, a falta de recursos impediu a movimentação necessária a fim de permitir otimizar o trabalho operacional (Procedimento certo no lugar certo). Ressalta-se que quase a totalidade desses Procedimentos se referem a ação fiscalizadora preventiva.

Continua pendente a aprovação da reestruturação do DPRF, pois os atuais cargos e funções de chefia estão aquém das demandas do órgão. O Processo para tal fim continua no Ministério do Planejamento, aguardando o aceno da Casa Civil para o encaminhamento final.

Indicador: Sensação de Segurança nas Rodovias Federais

Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	%	01/01/2007	65,00	80,00	76,00	Sem apuração

Fórmula de Cálculo do Índice

Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.
Análise do Resultado Alcançado
O Indicador Sensação (Percepção) de Segurança será aferido, caso a liberação do orçamento permita, após o Carnaval/11. Essa aferição não foi efetuada nos meses de novembro ou dezembro, como gostaríamos, em razão das restrições orçamentária, bem como não foi realizada em janeiro/11 em virtude das mesmas restrições.

Dados Financeiros do Programa 0663 e respectivas Ações na 17ª SRPRF/PI:

0663	2524	CAPACITACAO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	108.150,23	105.432,34	2.717,89	105.432,34
	2723	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS	908.959,29	820.631,93	88.327,36	820.230,88
	2816	SERVICO DE INTELIGENCIA DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	47.420,89	38.265,66	9.155,23	38.265,66
	2B11	MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZACAO ELETRONICA DA MALHA RODOVIARIA FED	9.940,00	0,00	9.940,00	0,00
	4290	ATIVIDADES DE SAUDE NAS RODOVIAS FEDERAIS	50.135,62	32.231,23	17.904,39	32.231,23
	8692	EDUCAÇÃO DE TRANSITO PARA USUARIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS	13.025,69	1.745,69	11.280,00	1.745,69
	86A1	PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLICIA RODOVIARIA FED	2.344,00	2.344,00	0,00	2.344,00
TOTAL DO PROGRAMA			1.139.975,72	1.000.650,85	139.324,87	1.000.249,80

2.3.1.2.1. Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução de atividades de contagem volumétrica de trânsito, controle de trânsito de veículos pesados, controle de velocidade, monitoramento de veículos e da frota de viaturas, implantação de novas tecnologias para fiscalização de veículos e de condutores e manutenção e aferição de equipamentos relacionados à ação.

Resultados

Não foram adquiridos por esta 17ª SRPRF/PI equipamentos de contagem volumétrica de trânsito no ano de 2010. O equipamento do radar intimida os condutores no sentido de adequar a velocidade à regulamentada na rodovia. De instalação móvel, o sistema de radar eletrônico atingiu no exercício de 2010 várias localidades no Estado (Municípios de Teresina, Parnaíba e Buriti dos Lopes), permanecendo ativo em determinado período no ano de 2010, o equipamento ficou algum tempo sem utilização por motivo de serviços de manutenção e aferição e aguardando finalização de estudo técnico para poder ser utilizado.

2.3.1.2.2. AÇÃO: 2524 Capacitação dos servidores Policiais Rodoviários Federais na 17ª SRPRF/PI

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.

Resultados

Atualmente, a 17ª SRPRF/PI apresenta em seu quadro funcional 50 (cinquenta) servidores na área meio e 191 (cento e noventa e um) na fim. Entretanto, esta entidade tem como missão organizacional o salvamento de vidas, a fiscalização de trânsito, o patrulhamento das rodovias federais, a educação de trânsito e ainda no contexto da segurança pública, portanto de competência no combate à criminalidade e no policiamento ostensivo.

É importante que, diante de tantas atribuições, haja um aumento nos quadros de servidores, aliado à qualificação do efetivo, o que nos força a capacitar os servidores e qualificá-los de forma a proporcionar um adequado atendimento ao cidadão com a redução do tempo resposta.

RELAÇÃO DOS CURSOS DE 2010 – 17ª SRPRF/PI / DPRF

1. II ENCONTRO DE NÚCLEOS DE CAPACITAÇÃO – NUCAP'S E NAP'S

BRASILIA/DF - 26 á 30/04
01 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

2. CURSO DE MULTIPLICADORES PARA USO DOS DISPOSITIVOS DE ENERGIA (TEASER)

BRASILIA/DF – 25 á 28/04
2 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

3. GRUPO FORMAL DE ESTUDO PARA ELABORAÇÃO DE MANUAIS DAS DISCIPLINAS - COMPED

CACHOEIRA PAULISTA/SP – 09 á 15/05
1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

4. CURSO AVANÇADO DE LEVANTAMENTO DE LOCAL DE ACIDENTE.

CAHCOEIRA PAULISTA/SP – 30/05 á 12/06
1 POLICIAL RODOVIÁRIA FEDERAL

5. FORUM DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DE SAÚDE DO SERVIDOR.

GRAMADO/RS – 22 á 26/06
1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

6. CURSO DE CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO OPERACIONAL DISCIPLINADO.

CACHOEIRA PAULISTA /SP – 25 á 30/06
3 POLICIAIS RODOVIÁRIO FEDERAIS

7. CURSO DE CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO OPERACIONAL DISCIPLINADO.

CACHOEIRA PAULISTA/SP – 24/06 á 01/07
4 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

8. ENCONTRO NACIONAL DE CHEFES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

NATAL/RN – 27/06 á 03/07
1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

9. TREINAMENTO DE GESTORES E ADMINISTRADORES DE FROTA DO NOVO SISTEMA DE ABASTECIMENTO IMPLANTADO PELA TICKETCAR.

BRASILIA/DF – 21 á 23/07
1 POLICIAL RODOVIARIO FEDERAL

10. CICLO DE PALESTRAS SOBRE PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO.

PARNAÍBA/PI – 27/07 á 01/08
2 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

11. CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MODULO CADASTRO/APOSENTADORIA.

BRASILIA/DF – 01 á 14/08

1 POLICIAL RODOVIÁRIA FEDERAL

12. VII ENCONTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS.

PETRÓPOLIS/RJ – 19 á 26/09

3 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

13. CURSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO OPERACIONAL 1ª TURMA.

FORTALEZA/CE – 25/09 á 10/10

2 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

14. CURSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO OPERACIONAL 2ª TURMA.

FORTALEZA/CE 17 á 30/10

3 POLICIAIS RODOVIÁRIAS FEDERAIS

15. CURSO DE INVESTIGAÇÃO CORREICIONAL.

CAMPO GRANDE/MS – 24 á 30/10

3 POLICIAIS RODOVIARIOS FEDERAIS

16. CURSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO OPERACIONAL.

FORTALEZA/CE – 19 á 28/10
1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

17. CURSO DE ATUALIZAÇÃO TECNICA PARA CHEFES DE DELEGACIA – MÓDULO II 1ª TURMA.

ARACAJU/SE – 01 á 14/11
2 POLICIAIS RODOVIÁIOS FEDERAIS

18. CURSO DE INVESTIGAÇÃO CORREICIONAL – PROJETO TRÂNSITO COM CIDADANIA

CAMPO GRANDE/MS – 07 á 12/11
1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

19. CURSO DE PROCEDIMENTOS BÁSICOS DE INTELIGÊNCIA.

FORTALEZA/CE – 15/11 á 05/12
1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

20. TREINAMENTO DE ATUALIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS NO ATENDIMENTO PRÉ-HOSTALAR PELA DPRF.

JOINVILLE/SC – 21 á 28/11
1 POLICIAL RODOVIARIO FEDERAL

21. CURSO DE PROCEDIMENTO BÁSICO DE INTELIGÊNCIA.

FORTALEZA/CE – 21 á 25/11
1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

22. CURSO DE PROCEDIMENTOS BÁSICOS DE INTELIGÊNCIA.

FORTALEZA/CE – 22/11 á 06/12
1 POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

23. CURSO DE ATUALIZAÇÃO TÉCNICA PARA CHEFES DE DELEGACIA – MÓDULO II.

ARACAJÚ/SE – 15 á 27/11
2 POLICIAIS RODOVIARIOS FEDERAIS

24. CURSO DE ATUALIZAÇÃO TÉCNICA PARA CHEFES DE DELEGACIA – MÓDULO II.

ARACAJÚ/SE – 16 á 27/11
3 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

25. CURSO DE ATUALIZAÇÃO TÉCNICA PARA SUPERINTENDENTES E CHEFES DE DISTRITO.

RIO DE JANEIRO/RJ – 21/11 á 04/12
1 POLICIAL RODOVIARIO FEDERAL

26. CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA CHEFES DE DELEGACIA – 2ª TURMA

ARACAJÚ/SE – 21 á 27/11
1 POLICIAL RODOVIARIO FEDERAL

27. CURSO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE TRÂNSITO – PAT.

GUARULHOS/SP – 26/11 á 09/12

1 POLICIAL RODOVIARIO FEDERAL

28. XIX CURSO DE TÉCNOCAS POLICIAIS DE COMBATE AO CRIME.

RIO DE JANEIRO/RJ – 05 á 22/12

2 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

29. OPERAÇÃO SENTINELA RIO DE JANEIRO.

RIO DE JANEIRO/RJ – 04 á 20/12

2 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

30. III CURSO DE PROGRESSÃO NA ÁREA DA CAATINGA.

PETROLINA/PE – 11 á 18/12

3 POLICIAIS RODOVIARIOS FEDERAIS

31. CURSO NACIONAL MULTIPLICADOR DE POLICIA COMUNITÁRIA (CNMPC)

TERESINA/PI – 02 á 31/08

3 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

32. CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE PREGOEIROS.

SÃO PAULO/SP – 14 á 18/09

3 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

33. PALESTRA NOÇÕES DE ACIDENTOLOGIA.

TERESINA/PI – 23/02 19 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS
TERESINA/PI – 25/02 13 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

34. PALESTRA CONFECÇÃO BAT NO SISTEMA BR BRASIL.

TERESINA/PI – 02/03 19 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS
TERESINA/PI – 04/03 16 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

35. PALESTRA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO.

TERESINA/PI – 09/03 15 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS
TERESINA/PI – 11/03 27 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

36. PALESTRA USO DO EDA E ETILÔMETRO.

TERESINA/PI – 16/03 17 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS
TERESINA/PI – 18/03 18 POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

2.3.1.2.3. AÇÃO: 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente,

	<p>fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciamento de empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães); realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim; realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.</p>
--	---

Resultados

As Operações, no decorrer do ano de 2010, desenvolveram-se seguindo o calendário determinado pela Coordenação Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, assim como, o calendário de eventos locais.

Essas operações foram realizadas no sentido de proporcionar incremento de policiamento e fiscalização de trânsito nas rodovias federais, objetivando a prevenção de acidentes e aumento da segurança nas citadas vias públicas, devido ao aumento significativo do fluxo de veículos em determinadas regiões do estado por motivo de feriados prolongados, festas regionais, eventos públicos, reforços policiais por solicitação das delegacias regionais ou solicitações de outros órgão públicos, dentre outros.

Com isso, seguem relacionadas as atividades desenvolvidas por esta regional no ano 2010.

1. O.M 01/2010/SPF – OPERAÇÃO APREENSÃO DE ANIMAIS/ FASE I
PERÍODO: 05 a 14 de fevereiro de 2010.

2. O.M 02/2010/SPF – OPERAÇÃO CHAPADA DO CORISCO I
PERÍODO: 05 a 06 de fevereiro de 2010.

3. O.M 03/2010/SPF – OPERAÇÃO CARNAVAL NO LITORAL
PERÍODO: 12 a 17 de fevereiro de 2010.

4. O.M 04/2010/SPF – OPERAÇÃO CARNAVAL SUL
PERÍODO: 12 a 17 de fevereiro de 2010.

5. O.M 05/2010/SPF – OPERAÇÃO TRÂNSITO SEGURO
PERÍODO: 13 a 14 de março de 2010.

6. O.M 06/2010/SPF – OPERAÇÃO CHAPADA DO CORISCO II
PERÍODO: 15 a 16 de março de 2010.

7. O.M 07/2010/SPF – OPERAÇÃO ESCOLTA DE AUTORIDADE
PERÍODO: 23 a 24 de março de 2010.

8. O.M 08/2010/SPF – OPERAÇÃO SEMANA SANTA 2010

PERÍODO: 01 a 04 de abril de 2010.

9. O.M 09/2010/SPF – OPERAÇÃO REFORÇO SUL
PERÍODO: 20 a 26 de abril de 2010.

10. O.M 10/2010/SPF – OPERAÇÃO BB COCAL
PERÍODO: 06 a 09 de maio de 2010.

11. O.M 11/2010/SPF – OPERAÇÃO LABAREDA
PERÍODO: 27 a 31 de maio de 2010.

12. O.M 12/2010/SPF – OPERAÇÃO FESTIVAL DE INVERNO
PERÍODO: 02 a 07 de junho de 2010.

13. O.M 13/2010/SPF – OPERAÇÃO CORPUS CHRISTI
PERÍODO: 02 a 07 de junho de 2010.

14. O.M 14/2010/SPF – OPERAÇÃO APREENSÃO DE ANIMAIS/ FASE II
PERÍODO: 14 a 19 de junho de 2010.

15. O.M 15/2009/SPF – OPERAÇÃO PASSAGEIRO SEGURO 2010 (FASE I)
PERÍODO: 25 a 29 de maio de 2009.

16. O.M 16/2010/SPF – I PATRULHA DA SAÚDE
PERÍODO: 22 e 23 de junho de 2010.

17. O.M 17/2010/SPF – OPERAÇÃO PRÉ-SAL
PERÍODO: 23 a 27 de junho de 2010.

18. O.M 18/2010/SPF – II COMANDO SAÚDE NAS RODOVIAS
PERÍODO: 28 a 30 de junho de 2010.

19. O.M 19/2010/SPF – OPERAÇÃO APREENSÃO DE ANIMAIS/ FASE III

PERÍODO: 29 e 30 de junho e 05 a 09 de julho de 2010.

20. O.M 20/2009/SPF – OPERAÇÃO PIRIFOLIA 2010
PERÍODO: 08 a 11 de julho de 2010.

21. O.M 21/2010/SPF – OPERAÇÃO FÉRIAS NO LITORAL 2010- FASE I
PERÍODO: 20 de junho a 02 de agosto de 2010.

22. O.M 22/2010/SPF – OPERAÇÃO APREENSÃO DE ANIMAIS/ FASE IV
PERÍODO: 13 a 17 de agosto de 2010.

23. O.M 23/2010/SPF – OPERAÇÃO FÉRIAS NO LITORAL 2010- FASE II
PERÍODO: 29 de julho a 01 de agosto de 2010.

24. O.M 24/2009/SPF – OPERAÇÃO APREENSÃO DE ANIMAIS/ FASE V
PERÍODO: 26 a 28 de agosto de 2010.

25. O.M 25/2010/SPF – OPERAÇÃO COMBATE AO CRIME
PERÍODO: 02 a 04 de outubro de 2010.

26. O.M 26/2010/SPF – OPERAÇÃO ESCOLTA DE AUTORIDADE II
PERÍODO: 12 a 14 de outubro de 2010.

27. O.M 27/2009/SPF – OPERAÇÃO COMBATE AO CRIME ELEITORAL E VAQUEIJADA ARROCHA O NÓ
PERÍODO: 12 a 16 de outubro de 2010.

28. O.M 28/2010/SPF – OPERAÇÃO MARCOLÂNDIA
PERÍODO: 23 a 25 de novembro de 2010.

29. O.M 29/2010/SPF – OPERAÇÃO APREENSÃO DE ANIMAIS/ FASE VI
PERÍODO: 20 a 31 de dezembro de 2010.

30. O.M 30/2009/SPF – OPERAÇÃO FIM DE ANO 2010

PERÍODO: 28 a 31 de dezembro de 2010.

ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS ALCANÇADOS FRENTE ÀS METAS ESTABELECIDAS

Um dos objetivos principais da Polícia Rodoviária Federal é a segurança no trânsito, visando a redução do número de acidentes e vítimas, assim como o combate a criminalidade no âmbito das rodovias e estradas federais, e esse objetivo nos norteou durante o ano de 2010 no que diz respeito ao planejamento, organização e controle das operações.

A densidade demográfica e o número de veículos que passaram a circular nas rodovias tem aumentado substancialmente, somado com as boas condições de pavimentação e sinalização das rodovias federais que cruzam o Estado do Piauí, despertando um excesso de confiança por parte dos condutores fazendo com que os mesmos excedam à velocidade máxima permitida para via em determinados locais. Estes foram fatores que motivaram esta regional a atuar no limite de sua capacidade operacional, visando desenvolver ações mais efetivas na prevenção de acidentes, bem como na intensificação da fiscalização e no combate à criminalidade. Dentre as ações implementadas citamos a atualização constante do mapeamento dos pontos e segmentos críticos nas rodovias sob circunscrição da PRF no estado, identificando os tipos de acidentes mais frequentes e realizando ações de caráter preventivo, educativo, ostensivo e repressivo nestes locais. A implantação do Cartão Programa de Policiamento Ostensivo, o qual visa a presença constante da polícia em locais e horários previamente programados, visando a redução nos índices de acidentes e criminalidade. E a intensificação de fiscalização por meio de equipamento eletrônico medidor de velocidade (radar) no sentido de reprimir o excesso de velocidade. Durante o ano de 2010, foram desenvolvidas várias operações na área de trânsito e criminalidade, porém não foi possível reduzir o número de acidentes e de feridos, o que em muitos casos, foram resultado da imprudência e falta de atenção dos condutores, no entanto foi possível reduzir o número de mortos. Portanto, tomaremos esses dados como base para realização de novas ações relativas ao trânsito para o ano de 2011.

RELATÓRIO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELA REGIONAL:

DEMONSTRATIVO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO		
VEÍCULOS:	2009	2010
Acidentes	2193	2629
Mortos	217	203
Feridos	1537	1592

DEMONSTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO		
FISCALIZAÇÃO:	2009	2010
Autuações	41791	38124
CNH recolhidas	915	941
Veículos fiscalizados	161309	141517
Veículos retidos	7523	5620
Documentos retidos	3259	3220
ESCOLTA:	2009	2010
Escolta/Batedor (carga, desfiles, ...)	19	18
RECOLHIMENTO DE ANIMAIS	2009	2010
Animais Recolhidos	1133	875
AUXÍLIOS:	2009	2010
Auxílio a usuários nas rodovias	1252	848
EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO:	2009	2010
Quantidade de Palestras	32	

2.3.1.2.4. AÇÃO:2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática

	de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos / Sistemas utilizados nas operações de inteligência.

I. Resultados

O Núcleo de Inteligência da 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal vem trabalhando para que os resultados das ações desenvolvidas pela regional sejam satisfatórios, realizando operações visando o dado negado para subsidiar o planejamento de operações ostensivas.

2.3.1.2.5. AÇÃO:4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, bem como aquisição de material

permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.

I. Resultados

O projeto RODOVIDA, encampado pela DISAS/DPRF e iniciado em Marco/2004, prevê a instalação de uma unidade de suporte básico de vida terrestre em cada posto do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, uma unidade de suporte avançado de vida terrestre em cada delegacia e uma unidade de suporte avançado de vida aéreo em cada superintendência e/ou distrito, aí entendidos como unidade terrestre o conjunto base + equipe + ambulância e unidade aérea o conjunto base + equipe + aeronave.

O referido projeto estipula ainda, a disponibilização de um kit de aparelhos para a realização de Comandos de Saúde em cada delegacia, entendido como kit o conjunto raizamed + oxímetro + tensiômetro + mensurador de gordura corporal por bioimpedância + balança antropométrica + mensurador de glicose/triglicérides/colesterol + fita métrica.

O supracitado projeto prevê ainda envolvimento das respectivas unidades com as seguintes atividades de saúde nas rodovias, a saber:

I - Atendimento pré-hospitalar e resgate;

II - Transporte inter-hospitalar;

III - Transporte de órgãos;

IV - Apoio de saúde a unidades e operações do DPRF;

V - Apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;

VI - Comandos de saúde preventivos;

VII – Atividades de medicina do tráfego;

VIII- Investigação clínica relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores de veículos;

IX – Auxílio na investigação de acidentes de trânsito;

X – Confeção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes;

XI- Acompanhamento técnico dos cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

XII- Proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas.

No caso da 17ª SRPRF/PI contamos atualmente com cinco unidades de suporte básico de vida terrestres equipadas situadas na BR 343 - KM 35 (Parnaíba/PI), BR 343 - KM 192 (Piripiri/PI), BR 343 - KM 587 (Floriano/PI) e BR 316 - KM 12 (Teresina/PI), sendo duas conveniadas e reguladas, a exemplo dos convênios com os SAMUs de Parnaíba/PI e Floriano/PI.

As atividades de saúde promovidas na 17ª SRPRF/PI são executadas de forma prioritária por 22 servidores lotados nesta Regional, dispendo de 04 ambulâncias, atuando diuturnamente.

Com o aumento da frota, a demanda tem crescido, apesar da abrangência dessas atividades específicas de saúde nas 1ª Delegacia na cidade de Teresina/PI, 3ª Delegacia na cidade de Floriano/PI, 4ª Delegacia na cidade de Picos/PI e 5ª Delegacia na cidade de Parnaíba/PI no âmbito da Polícia

Rodoviária Federal no Estado do Piauí.

O convênio Samu-PRF nas delegacias de Parnaíba e Floriano tem proporcionando atendimento pré-hospitalar adequado e indispensável à vida dos usuários, bem como dos envolvidos em acidente.

As atividades de saúde implementadas por esta Regional encontram-se discriminadas a seguir:

ATIVIDADES DE SAÚDE	QUANTIDADE
Comandos de Saúde na Rodovia	Foram realizados três Comandos de Saúde nas Rodovias totalizando o atendimento de 240 motoristas profissionais
Realização do Projeto “Patrulha da Saúde” - Projeto Servidor Saudável	Realização de exames e testes clínicos com os servidores em todas as unidades da Regional: Piripiri, Floriano, Picos, Parnaíba e Teresina com um total de 179 servidores atendidos.

2.3.1.2.6.. AÇÃO:4641 Publicidade de Utilidade Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

Resultados

Durante o ano de 2010, foram realizadas várias campanhas educativas nos dias que antecederam os feriados prolongados. Distribuídos *folders* com mensagens de orientações dos procedimentos no trânsito, em especial, sobre a lei seca.

A finalidade dos comandos era orientar a população sobre os perigos no trânsito. Não houve gastos tendo em vista que o material distribuído fora adquirido pela Assessoria de Comunicação Social (ACS) ou através dos órgãos parceiros como o DETRAN/PI, SEST/SENAT, STRANS, SETRANS e outros. Também não houve nenhum gasto com mídia. Tudo foi informado espontaneamente sem qualquer ônus para a 17ª SRPRF/PI, por ter a imprensa a função de informar.

Houve, nos últimos meses, uma aproximação intensa com a imprensa local, conseguindo obter grande espaço na mídia para divulgação do trabalho da PRF.

A questão dos radares, mas especificamente, nos meses de outubro a dezembro, foi bem esclarecida à sociedade, uma vez que, com os questionamentos surgidos, poderiam surgir uma grande quantidade de recursos de autuação, o que aumentaria o volume de serviço na sede da 17ªSRPRF/PI.

Foram publicados alertas e orientações de trânsito à sociedade, sempre na forma de *releases*, pelos quais passava-se a informação à imprensa, que divulgou sem nenhum ônus à PRF.

2.3.1.2.7. AÇÃO:86A1 Processamento e Arrecadação de multas aplicadas pela 17ª SRPRF/PI

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e

ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARIs e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
--

I. Resultados

O Núcleo de Multas e Penalidades/17 teve como ações principais no ano 2010 a orientação, controle e execução das atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito. A autuação e cadastro de processos de defesa de autuação, ressarcimento e cancelamento de infrações.

Coube ao Núcleo a distribuição, às unidades da Superintendência, das normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito, ao perfeito preenchimento do auto de infração e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades. Também o controle e cadastro dos talões de autos de infrações distribuídos, extraviados ou danificados.

O gerenciamento dos processos de cancelamento de multas, elaboração de mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, para apoio ao Superintendente, assim como prestar apoio técnico à Comissão Administrativa de Defesa de Autuação - CADA, e à Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, na autuação e cadastro dos processos, bem como o lançamento de resultados dos pareceres.

No atendimento ao público, o NMP teve o papel de fornecer informações diversas sobre infrações, como o fornecimento de consultas nada consta, emissão de boletos e cópias de autos de infrações.

Em relação à estrutura física e pessoal no ano 2010, o NMP manteve-se estável. São duas salas de trabalho com quatro ocupantes, com equipamentos suficientes, sendo renovado apenas os monitores dos computadores. Na área operacional, houve a implementação de nova tecnologia para a autuação, com o funcionamento de equipamento portátil para consultas de veículos e lavratura de auto de infração (EDA), havendo treinamento prático de uso para todos os agentes da Regional.

Em nível nacional, o chefe do NMP participou de encontro com a Divisão de Multas e Penalidades/DPRF, para atualização e aprimoramento dos conhecimentos e procedimentos da área.

Confecção de quadro quantitativo de autuações para subsidiar o Superintendente, referente ao CTB e ANTT:
17ª SRPRF/PIAUI

QUANTITATIVO DE MULTAS/ANTT – ANO 2010
NMP/PI

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
TOTAL = 362
TRANSPORTE DE CARGAS/RNTRC
TOTAL = 176
TOTAL GERAL = 1.080

QUANTITATIVO DE MULTAS/CTB – ANO 2009

RADAR
JANEIRO = 341
FEVEREIRO = 1.399
MARÇO = 519
ABRIL = 00
MAIO = 00
JUNHO = 00
JULHO = 00
AGOSTO = 00
SETEMBRO = 00
OUTUBRO = 00
NOVEMBRO = 3.586
DEZEMBRO = 3.172
TOTAL = 11.138

TOTAL AUTOS EXTRAÍDOS CTB - GERAL
JANEIRO = 4.468
FEVEREIRO = 6.803
MARÇO = 4.365
ABRIL = 2.997
MAIO = 3.616
JUNHO = 2.886
JULHO = 3.296
AGOSTO = 3.651
SETEMBRO = 3.414
OUTUBRO = 10.730
NOVEMBRO = 8.891
DEZEMBRO = 7.331
TOTAL = 62.448

I.2.3.8. AÇÃO: 8692- Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas

à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
--

I. Resultados

Foram efetuados no decorrer do ano palestras de Educação para o Trânsito nas escolas próximas às rodovias sob nossa circunscrição, principalmente nos trechos com maiores índices de atropelamentos, bem como em empresas de transporte de passageiros e cargas, tendo como público alvo motoristas profissionais e motociclistas repassando informações e orientações sobre segurança no trânsito.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO REALIZADAS PELA REGIONAL:

MÊS	TEMA	TIPO DE AÇÃO	PÚBLICO	QUANTIDADE ENVOLVIDOS
Fevereiro/2010	“É possível um trânsito mais humano”	Palestra	Colégio São Francisco de Sales – DIOCESANO - estudantes	200
Março/2010	Atividades em Rádio	Atividade educativa	Ouvintes	6000
Março/2010	Educação de Trânsito	Palestra	Estudantes – Unidade Escolar Joaquim Parente	200
Março/2011	Educação de Trânsito	Palestra	Estudantes – U. E. Joaquim Rosal Sobrinho	150
Março/2011	Educação de Trânsito	Palestra	Estudantes – U. E. Araci Lustosa	180
Março/2011	Educação de Trânsito	Palestra	Estudantes – U. E. José Lustosa Ecas Filho	150
Março/2010	Álcool no Trânsito	Palestra	Estudantes – Sistema de Ensino Acadêmico's LTDA	90
Março/2010	Motociclista no Trânsito	Palestra	Praças do 25ª Batalhão de	150

			Caçadores – Exército Brasileiro	
Março/2010	Educação no Trânsito	Palestra	Estudantes – Colégio Industrial “São Francisco de Assis”	100
Maio/2010	Educação no Trânsito	Palestra	Estudantes – Colégio DIOCESANO	150
Maio/2010	Educação no Trânsito	Palestra	Estudantes – Colégio Nossa Senhora do Amparo	620
Maio/2010	Álcool e o Trânsito	Palestras	Estudantes – SESC	160
Maio/2010	Educação de Trânsito e Exposição de Equipamentos	Palestras	Estudantes	200
Junho/2010	Direção Defensiva	Palestra	motoristas/motoristas – 2º Batalhão de Engenharia e Construção – Exército Brasileiro	250
Junho/2010	Prevenção de Acidentes	Palestra	Funcionários da Chesf – PI	120
Julho/2010	Direção Defensiva	Palestra	Funcionários – Expresso Guanabara S/A	80
Julho/2010	Motociclista no trânsito	Palestra	Motociclistas – Associação de Motociclistas do PI	80
Dezembro/2010	Código de Trânsito	Palestra	Funcionários – Telemar	100

	Brasileiro		Norte Leste	
--	------------	--	-------------	--

2.3.1.2.9. Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.

Resultados

Durante o ano de 2010, o NUINT/PI desenvolveu atividades nas áreas de Combate à Exploração Sexual Infanto-juvenil, levantando os locais propícios a essa exploração. Este Núcleo de Inteligência subsidia todos os chefes de Delegacias da PRF e da Seção de Policiamento e Fiscalização da 17ª SRPRF/PI com informações de caráter mais urgentes, bem como ao senhor superintendente regional. Ainda foram feitos vários trabalhos, localizados, visando à segurança orgânica desta regional.

Para o desenvolvimento dessas ações, utilizamos de equipamentos e meios técnicos necessários e disponíveis pelo Núcleo e pela Coordenação de inteligência como veículos, filmadoras, câmeras fotográficas, computadores, sistemas de internet dentre muitos outros.

2.3.1.3. PROGRAMA 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a

	implementação e gestão de seus programas finalísticos				
Objetivos específicos	Ação 2000 – Administração da Unidade Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Gerente de programa	Não Existe				
Gerente Executivo	Não Existe				
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe				
Público Alvo	Governo				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$	
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.352.904.151	1.504.730.474	1.496.249.975	1.487.635.747	8.614.229	1.487.096.926
Informações sobre os resultados alcançados					
<p>Esse Programa contempla despesas obrigatórias (pessoal ativo, assistência médica e auxílios alimentação, creche e transporte), cuja execução independe de transferência de limite orçamentário, as quais foram atendidas plenamente.</p> <p>De outro turno, as despesas discricionárias (Ação 2000 – Administração da Unidade) não foram integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos,</p>					

Dados Financeiros do Programa 0750 e respectivas Ações na 17ª SRPRF/PI:

0750	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	1.296.568,90	1.238.532,99	58.035,91	1.238.532,99
TOTAL DO PROGRAMA			1.296.568,90	1.238.532,99	58.035,91	1.238.532,99

2.3.1.3.1. Ação 2000 Administração da Unidade

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros</p>

	por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
--	---

Resultados

A dotação orçamentária alocada nesta ação se destina ao custeio de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico, tais como: fornecimento de água e tratamento de esgoto, energia elétrica, material de consumo, locação de mão-de-obra, estagiários, manutenção de bens móveis e imóveis, imprensa nacional, diárias administrativas, locação de bens móveis e imóveis, remoção de servidores, frete e transporte de encomendas, licenciamento da frota de veículos, correios, serviços gráficos, cópia e reprodução de documentos, publicação de editais de licitação.

Dos contratos estabelecidos por esta 17ª SRPRF/PI, destacam-se:

- 01/2005 – Prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC) LDN;
- 08/2004 – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de mão-de-obra na área de serviços auxiliares para a 17ªSRPRF/PI;
- 05/2008 – Prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada;
- 14/2009 – Contratação de empresa especializada nos serviços de segurança e vigilância armada nas dependências internas do edifício da 5ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal na cidade de Parnaíba/PI;
- 01/2007 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação nas dependências internas da Sede, Delegacias e Postos da 17ª SRPRF/PI;

- 06/2009 – Prestação de serviços de telefonia móvel celular;
- 03/2006 - Contratação de empresa especializada nos serviços de vigilância armada na cidade de Teresina/PI;
- 08/2008 – Locação de 01 máquina copiadora para reprodução de documentos em preto e branco para as necessidades da 17ªSRPRFPI;
- 09/2008 – Manutenção preventiva e corretiva dos veículos da 17ªSRPRFPI lotados na sede e nas 1ª e 2ª Delegacias nas cidades de Teresina/PI e Piripiri/PI;
- 10/2008 – Manutenção preventiva e corretiva dos veículos da 17ªSRPRFPI lotados na 5ª Delegacia na cidade de Picos/PI;
- 11/2009 – Prestação de serviços postais convencionais, correspondência normal, registrada local e nacional e correspondências expressas-SEDEX local e nacional para capitais;
- 02/2009 – Prestação de fornecimento de passagens aéreas nacionais para o atendimento das necessidades de viagens dos servidores da 17ª SRPRF/PI e a operacionalização de reservas e serviços afins;
- 12/2008 – Prestação de serviço de transmissão de dados do tipo frame-relay;
- 05/2009 – Contratação emergencial para a prestação de serviço de transmissão de dados do tipo frame-relay;
- 10/2009 – Contratação emergencial para a prestação de serviço de transmissão de dados do tipo frame-relay;
- 01/2009 – Contratação de empresa especializada para elaboração de levantamento técnico das condições físicas e de infraestrutura (redes elétricas, hidráulica e de dados e voz, sistema de proteção contra descargas atmosféricas e o sistema de comunicação visual), com confecção dos projetos executivos de reformas ou ampliações para as unidades operacionais, sob gestão da 17ª SRPRF/PI, buscando equipá-los de infraestrutura mínima;
- 02/2009 – Contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas nacionais e a operacionalização de reservas e afins para atender às necessidades da 17ª SRPRF/PI.
- 03/2009 – Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), elétricos com serviço de guincho incluído, estofaria, lataria, pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais leves e pesados da 17ª SRPRF/PI lotados na 3ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal na cidade de Floriano/PI.
- 08/2009 - Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), elétricos com serviço de guincho incluído, estofaria, lataria, pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais da 17ª SRPRF/PI no Convênio Serviço Médico de Urgência/SAMU firmado entre DPRF e o Ministério da Saúde.
- 04/2009 – Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), elétricos com serviço de guincho incluído, estofaria, lataria, pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais leves e pesados da 17ª SRPRF/PI lotados na 5ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal na cidade de Parnaíba/PI.
- 07/2009 – Aquisição de 1.800 garrafas plásticas de 20 litros cada contendo água mineral sem gás, garrafão não incluído.
- 09/2009 – Contratação de empresa especializada na manutenção corretiva de equipamentos de informática (microcomputadores, monitores, impressoras, notebook, nobreak, etc) para atender a 17ª SRPRF/PI.
- 12/2009 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços veterinários periódicos visando a prevenção, manutenção

e tratamento através de vacinas, consultas, exames, cirurgias e outros para os 04 (quatro) cães adultos patrimoniados na 17ª SRPRF/PI.

- 13/2009 – Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), elétricos com serviço de guincho incluído, estofaria, lataria, pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais leves e pesados da 17ª SRPRF/PI.

Para a execução dos serviços mencionados, foram realizados Pregões Eletrônicos, meio licitatório garantidor, em regra, de um dos princípios basilares da Administração Pública, o da economicidade, condensada essa modalidade no seguinte:

- 01/2009- Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), elétricos com serviço de guincho incluído, estofaria, lataria, pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais da 17ª SRPRF/PI no Convênio Serviço Médico de Urgência/SAMU firmado entre DPRF e o Ministério da Saúde;
- 02/2009- Aquisição de 1.800 garrafas plásticas de 20 litros cada contendo água mineral sem gás, garrafa não incluído.;
- 03/2009- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços veterinários periódicos visando a prevenção, manutenção e tratamento através de vacinas, consultas, exames, cirurgias e outros para os 04 (quatro) cães adultos patrimoniados na 17ª SRPRF/PI.;
- 04/2009- Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), elétricos com serviço de guincho incluído, estofaria, lataria, pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais do tipo motocicletas da 17ª SRPRF/PI;
- 05/2009- Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), elétricos com serviço de guincho incluído, estofaria, lataria, pintura em geral, com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais do tipo motocicletas da 17ª SRPRF/PI;
- 06/2009- Aquisição de medicamentos veterinários, produtos de higiene, objetos de usos do canil;
- 07/2009- Contratação de empresa especializada nos serviços de segurança e vigilância armada nas dependências internas do edifício da 5ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal na cidade de Parnaíba/PI.;
- 08/2009- Contratação de pessoa jurídica especializada na manutenção corretiva e preventiva de sistemas e equipamentos de rádio comunicação;
- 09/2009- Contratação de empresa especializada para o fornecimento de passagens aéreas nacionais para o atendimento das necessidades de viagens dos servidores da 17ª SRPRF/PI e a operacionalização de reservas e serviços afins;
- 10/2009 - Contratação de pessoa jurídica especializada na manutenção corretiva e preventiva de sistemas e equipamentos de rádio comunicação;
- 01/2010 - Contratação emergencial de empresa para prestação indireta de serviços auxiliares: recepcionista, auxiliar de mecânico e pedreiro, para atender as necessidades da 17ª SRPRF/PI.

- 02/2010 - Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, acessórios e materiais correlatos novos e originais, para os veículos tipo motocicletas oficiais que compõem a frota da 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, bem como veículos do tipo motocicletas oficiais do DPRF/MJ e suas descentralizadas quando em trânsito pelo Estado do Piauí.

- 03/2010 - Contratação de empresa para o fornecimento de passagens aéreas nacionais, para atendimento das necessidades de viagens dos servidores da 17ª SRPRF/PI e operacionalização de reservas e serviços afins.

- 04/2010 - Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas e equipamentos de rádio comunicação (on-site e balcão) todos pertencentes a 17ª SRPRF/PI, com fornecimento de peças e componentes eletrônicos, conforme Termo de Referência.

- 05/2010 - Contratação em caráter emergencial de serviços de comunicação de dados através de comutação de pacotes, com CVP's - Circuitos Virtuais Permanentes e Frame Relay, permitindo o encapsulamento de outros protocolos de forma transparente para a implantação da infraestrutura necessária à rede estadual dos Sistemas da Polícia Rodoviária Federal, de acordo com as especificações técnicas.

- 06/2010 - Aquisição de blocos de autos de infração visando atender as necessidades da 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/PI.

- 07/2010 - Serviços de Telefonia Móvel Pessoal-SMP com fornecimento de 36 unidades de aparelhos celulares, com todas as condições estabelecidas no Edital do Pregão 27/2009 e seus anexos e a Proposta de Preços do licitante vencedor do certame.

- 08/2010 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais que compõem a frota da 5ª Delegacia da 17ª SRPRF/PI.

- 09/2010 - Manutenção corretiva de equipamentos de informática (referente aos itens 01 a 24), _impressoras conforme edital.

- 10/2010 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais que compõem a frota da 3ª Delegacia da 17ª SRPRF/PI.

- 11/2010 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais que compõem a frota da 4ª Delegacia da 17ª SRPRF/PI.

- 12/2010 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais que compõem a frota da 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/PI.

- 13/2010 - Aquisição de veículos policiais, 04 camionetas 4X2, modelo Chevrolet Blazer 2.4 flexpower.

- 14/2010 - Aquisição de veículos policiais, conforme quantidade e especificações técnicas constantes no edital do pregão 003/2010.

- 15/2010 - Contratação de empresa especializada na locação de máquina copiadora multifuncional digital para os postos e delegacias da 17ª SRPRF/PI, conforme edital do pregão.

- 16/2010 - Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, acessórios e materiais correlatos novos e genuínos, para os veículos que compõem a frota da 17ª SRPRF/PI, conforme edital.

- 17/2010 - Contratação de empresa para prestação indireta de serviços auxiliares: recepcionista, eletricista, auxiliar mecânico e

pedreiro com carga horária de 40 horas semanais para atender as necessidades da 17ª SRPRF/PI, incluindo Delegacias e Postos.

- 18/2010 - Aquisição de 1.400 (mil e quatrocentos) garrações plásticas de 20 litros contendo água mineral sem gás e 200 (duzentos) vasilhames de garrafão plástico de 20 litros, modelo PET, correspondentes aos itens 01 e 06 do pregão 08/2010.

- 19/2010 - Aquisição de 1400 (um mil e quatrocentos) garrações plásticas de 20 litros contendo água mineral sem gás para as delegacias de Piripiri, Floriano, Picos e Parnaíba, todas no Estado do Piauí.

- 20/2010 - Aquisição de veículo zero quilômetro, incluindo os serviços de assistência técnica mediante manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia.

- 21/2010 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção com substituição de peças e acessórios específicos dos aparelhos etilômetros da marca INTOXIMETERS, modelo ALCO SENSO IV e das impressoras acopladas aos equipamentos pertencentes a 17SRPRF/PI.

- 22/2010 - Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de telefonia fixa comutada (STFC) à Longa Distância Intra-Regional com ligações para pontos fixos e móveis, conforme as condições e especificações constantes no Edital de licitação e seus anexos.

- Pregão Eletrônico 01/2010 - Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica especializada na manutenção corretiva e preventiva de veículos pertencentes à 17ª SRPRF/PI com serviços mecânicos, elétricos, estofaria, lataria, pintura, peças, conforme especificação em edital.

- Pregão Eletrônico 02/2010 - Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva de viaturas da 17ª SRPRF/PI nas delegacias de Teresina e Picos, conforme especificação técnica do edital.

- Pregão Eletrônico 03/2010 - Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de locação de mão-de-obra na área de serviços auxiliares, nas condições e especificações constantes do Anexo I do Edital 03/2010.

- Pregão Eletrônico 04/2010 - Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva de viaturas pertencentes à 17ª SRPRF/PI nas cidades de Teresina/PI e Picos/PI, conforme especificações no edital.

- Pregão Eletrônico 05/2010 - Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de locação de mão de obra na área de serviços auxiliares, nas condições e especificações do Anexo I do Edital.

- Pregão Eletrônico 06/2010 - Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva de viaturas pertencentes à 17ª SRPRF/Pi, conforme o edital.

- Pregão Eletrônico 07/2010 - Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação indireta de serviços auxiliares: RECEPCIONISTA, ELETRICISTA, AUXILIAR DE MECÂNICO E PEDREIRO, para a 17ª SRPRF/PI, conforme edital.

- Pregão Eletrônico 08/2010 - Pregão Eletrônico - Aquisição de 2800 garrações plásticas de 20 litros de água mineral sem gás e 200 garrações plásticas de 20 litros de água mineral sem gás com garrafão fornecido pela empresa, conforme especificações no edital.

- Pregão Eletrônico 09/2010 - Pregão Eletrônico - Aquisição de medicamentos veterinários, produtos de higiene e objetos de uso do canil da 17ª SRPRF/PI, conforme especificações no edital.

- Pregão Eletrônico 10/2010 - Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de telefonia fixa comutada(STFC) à longa distância intra-regional e inter-regional com ligações para pontos fixos e móveis, conforme as condições e especificações constantes no presente edital e seus anexos.

- Pregão Eletrônico 11/2010 - Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de telefonia fixa comutada(STFC) à longa distância intra-regional e inter-regional com ligações para pontos fixos e móveis, conforme as condições e especificações constantes no presente edital e seus anexos.

- Convite 01/2010 - Contratação de empresa especializada para efetuar o levantamento técnico das condições físicas e de infraestrutura com confecção dos projetos executivos e de arquitetura, conforme descritos no anexo I do presente Edital.

2.3.1.3.2. Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

I. Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

2.3.1.3.3. Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União,

	de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

I. Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

2.3.1.3.4. Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção

	de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados, ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.

I. Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

2.3.1.3.5. Ação 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

2.3.1.3.6. Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

2.3.1.3.7. Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental..
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.

2.3.2. Execução física das ações realizadas.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
6	181	663	2B11	Atividade	4-Nenhuma Prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	128	663	2524	Atividade	4-Nenhuma Prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A capacitação envolveu a quantidade de 202.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	183	663	2720	Atividade	4-Nenhuma Prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	181	663	2723	Atividade	3-Outras Prioridades	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o	Foram efetuados 30 procedimentos	A meta física a ser realizada em 2011

							órgão central.	operacionais em 2010.	atualmente é apenas para o órgão central.
6	183	663	2816	Atividade	4-Nenhuma Prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	Foram realizadas 12 operações de inteligência pelo Núcleo de Inteligência.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	181	663	4290	Atividade	4-Nenhuma Prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	Os comandos de saúde atingiram 240 motoristas profissionais nas rodovias federais do Estado.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	181	663	86A1	Atividade	4-Nenhuma Prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	452	663	8692	Atividade	4-Nenhuma Prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	8.980 pessoas foram beneficiadas com ações de educação de trânsito.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o

									órgão central.
6	301	750	2004	Atividade	3-Outras Prioridades	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
4	365	750	2010	Atividade	4-Nenhuma Prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
4	331	750	2011	Atividade	4-Nenhuma Prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
4	306	750	2012	Atividade	4-Nenhuma Prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	181	1386	200C	Atividade	4-Nenhuma	unidade	A meta física	Foram	A meta física

					Prioridade		prevista atualmente é apenas para o órgão central.	empenhados 07 (sete) veículos adquiridos pela Unidade Regional.	a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	181	1386	200G-0001	Atividade	3-Outras Prioridades	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	181	1386	200G-0052	Atividade	3-Outras Prioridades	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	181	1386	200G-0062	Atividade	3-Outras Prioridades	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	181	1386	200G-0066	Atividade	3-Outras Prioridades	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o	A meta física realizada é calculada e centralizada	A meta física a ser realizada em 2011

							órgão central.	pele órgão central.	atualmente é apenas para o órgão central.
6	181	1386	200G-0068	Atividade	3-Outras Prioridades	% execução financeira	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	181	1386	8623	Atividade	4-Nenhuma Prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	181	1386	8623-0058	Atividade	4-Nenhuma Prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	181	1386	8623-0060	Atividade	4-Nenhuma Prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.

6	181	1386	8698	Atividade	4-Nenhuma Prioridade	% de manutenção	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	122	1386	1D49	Projeto	4-Nenhuma Prioridade	% execução financeira	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.
6	301	750	20CW	Atividade	4-Nenhuma Prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central.	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central.	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente é apenas para o órgão central.

2.4. Desempenho Operacional e Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

A 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ NÃO SE ENQUADRA COMO UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E NÃO APRESENTA UGO CONSOLIDADA OU AGREGADA.

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

A 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ NÃO SE ENQUADRA COMO UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E NÃO APRESENTA UGO CONSOLIDADA OU AGREGADA.

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

A 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ NÃO SE ENQUADRA COMO UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E NÃO APRESENTA UGO CONSOLIDADA OU AGREGADA.

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

A 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ NÃO SE ENQUADRA COMO UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E NÃO APRESENTA UGO CONSOLIDADA OU AGREGADA.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes

Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	200109		R\$ 50.954,66		R\$ 2.822.218,05
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	200109		R\$ 133.280,87	0	0
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0

2.4.1.4.1. Análise crítica

Para a atual estrutura da 17ª SRPRF/PI e levando em consideração a malha rodoviária do Estado do Piauí, ainda se torna insuficiente os

recursos para permitir aproximação do ideal de plena atividade do Policial Rodoviário Federal.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da 17ª SRPRF/PI

2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação;

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	21458,86		0	
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	1719233,69	1742503,59	1377809,43	1528315,34
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	506854,49	484486,99	419821,73	462701,04
Inexigibilidade	123327,23	139682,98	115070,19	110829,31
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Díárias				
Outros				

2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes								
08 – OUTROS BENEFÍCIOS	23535,98	50954,66	23535,98	50954,66	0	0	23535,98	50954,66
14 – DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	402303,49	510406,37	402303,49	510406,37	0	0	402303,49	510005,32
30 – MATERIAL DE CONSUMO	764316,33	720507,36	558877,34	607660,02	205438,99	112847,34	558877,34	607660,02
33 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	105930,58	72017,9	98959,49	68114,28	6971,09	3903,62	98959,49	68114,28
37 – LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	625059,76	652637,87	565532,26	631188,91	59527,5	21448,96	567532,26	631188,91
39-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	822305,75	798093,98	690987,55	705499,4	131318,2	86594,58	690987,55	705499,4
47 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0	4160,62	0	4152,86	0	7,76	0	4152,86
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	325,94	41703,99	325,94	41637,79	0	66,2	325,94	41637,79

93 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	28689,96	0	28689,96	0	0	0	28689,96
52 – EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE – OP INTRA-ORC	82838,26	133280,87	27294,28	92951,85	55543,98	40329,02	27294,28	92951,85

2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa;

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
5 - Inversões Financeiras								
6 - Amortização da Dívida								

24.2.1.3.1. Análise crítica

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação;

2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação;

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	0	0	0	0

Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	120549,95	1412797,65	8832,95	615700,39
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Contratações Diretas	0	0	0	0
Dispensa	0	0	0	0
Inexigibilidade	0	0	0	0
Regime de Execução Especial	0	0	0	0
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal	0	0	0	0
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0

2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação;

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes								
14 – DIÁRIAS –	133542	82677,	133542	82677,	0	0	13354	82677,75

PESSOAL CIVIL	,01	75	,01	75			2,01	
30 – MATERIAL DE CONSUMO	80569,1	45000	0	14101,9	80569,1	30898,1	0	14101,9
33 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	11955,43	21610,9	8832,95	15978,99	3122,48	5631,91	8832,95	15978,99
39-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	22485,42	30000	0	6849,5	22485,42	23150,5	0	6849,5
52 – EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE – OP INTRA-ORC	5540	1316186,75	0	578110	5540	737416,75	0	578770

2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação;

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Investimentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0

Análise crítica

A 17ª SRPRF/PI se concentrou apenas em outras despesas, limitando-se às licitações nas modalidades convite e pregão. Vale ressaltar que a maior parte dos valores foram empregados em pregão por ser mais econômica à Administração e de fato se comprova ao confrontar despesas liquidadas com as pagas.

2.4.3 Indicadores Institucionais

2.4.3.1. Programa 0663

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações.

2.4.3.2. Programa 1386

Para o Programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia).

2.4.3.3. Programa 0750

Não há indicador.

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
CÓDIGO SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Inicial	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final
200109					
Razões e Justificativas:					

3.1. Análise Crítica

Não há enquadramento desta 17ª SRPRF/PI em reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2010.

4. Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	2.070,00	0,00	0,00	2.070,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12

2009	434.829,34	0,00	328.930,04	105.899,30
2008	88.589,06	0,00	30.491,33	58.097,73
2007	5.479,00	0,00	2.714,00	2.765,00

Observações:

4.2. Análise crítica

As informações de restos a pagar de 2007 constantes da planilha acima, foram extraídas do SIAFI 2006 na transação consultorc, tendo como referência o mês de dezembro.

5. Recursos Humanos

5.1. Composição do quadro de servidores ativos

5.1.1 Quadro de servidores ativos

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1. Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agente político				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	239	239		1
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				

1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos				
1.4.2 Removidos			2	2
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	1	1		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	28	28		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total				

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal – extração do Sistema SIAPE e SRH/17ª SRPRF/PI/DPRF/MJ

5.1.1 Quadro de recursos humanos por faixa etária – situação apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1 Membros de poder e agente político	-----	-----	-----	-----	-----
1.2 Servidores de Carreira	18	90	96	27	8
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-----	-----	-----	-----	-----
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-----	-----	-----	-----	-----
2 Provedimento de cargo em comissão					
2.1 Cargos Natureza Especial	-----	-----	-----	-----	-----
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-----	-----	-----	1	-----
2.3 Funções gratificadas	2	9	15	2	-----

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal – extração do Sistema SIAPE e SRH/17ª SRPRF/PI/DPRF/MJ

5.1.2 Quadro de recursos humanos por escolaridade – situação apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Faixa Etária (anos)								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1 Membros de poder e agente político	----- -	-----	----- -	-----	----- -	----- -	-----	-----	-----
1.2 Servidores de Carreira	-----	-----	-----	-----	236	3	-----	-----	-----

	-		-						
1.3 Servidores com Contratos Temporários	----- -	-----	----- -	-----	----- -	----- -	-----	-----	-----
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	----- -	-----	----- -	-----	----- -	----- -	-----	-----	-----
2 Provisão de cargo em comissão									
2.1 Cargos Natureza Especial	----- -	-----	----- -	-----	----- -	----- -	-----	-----	-----
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	----- -	-----	----- -	-----	1	-----	-----	-----	-----
2.3 Funções gratificadas	----- -	-----	----- -	-----	28	-----	-----	-----	-----

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado.

Fonte: Divisão de Cadastro – extração do Sistema SIAPE e SRH/DPRF

5.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.1 Quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos/Regime de aposentadoria	Quantitativo de servidores	Aposentadorias em 2010
1. Integral		
1.1 Voluntária	101	2
1.2 Compulsório	-----	-----
1.3 Invalidez Permanente	-----	-----
1.4 Outras	-----	-----
2 Proporcional	-----	-----
2.1 Voluntária	-----	-----
2.2 Compulsório	-----	-----
2.3 Invalidez Permanente	-----	1
2.4 Outras	-----	-----

5.2.2 Quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de servidores	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	55	5
2 Proporcional	0	0

5.3. Composição do quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
1. Área fim	-	-	-	-	-
2. Área meio	3	3	3	3	R\$ 13.104,00
Nível médio					
3. Área fim	-	-	-	-	-
4. Área meio	27	27	27	27	R\$ 65.772,00

5.4. Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	18.684.415,25	15.489,75	1.693.698,14	1.256.549,52	6.373,41	122.304,78	465.713,45	22.244.544,30
2009	20.963.972,89	14.825,50	1.792.497,44	1.838.468,20	2.597,31	302.504,81	406.695,40	25.321.561,55
2010	22.337.983,25	7.842,72	1.925.536,28	901.970,76	2.244,96	543.178,92	832.911,37	26.551.668,26
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								

Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior								
2008	98.811,28	27.833,48	11.277,27	3.759,09			2.530,82	144.211,94
2009	111.078,96	29.102,76	12.086,35	8.057,56		7.084,76	2.304,00	169.714,39
2010	123.880,62	29.102,76	12.969,37	4.323,12		15.341,70	4.400,00	190.017,57
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	2.369.155,96	90.521,90	221.614,65	82.876,98		16.061,73	54.963,86	2.835.195,08
2009	2.823.130,92	93.631,09	254.415,49	176.124,82		41.941,19	52.962,00	3.442.205,51
2010	3.220.237,79	94.223,77	295.359,27	95.267,04		60.836,56	110.180,00	3.876.104,43

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene

Unidade Contratante									
Nome: 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL									
UG/Gestão: 200127				CNPJ: 00.394.494/0122-23					
Informações sobre os contratos									
Ano do contrato	Área	Nat.	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Sit.
						F	M	S	

					contratadas		P	C	P	C	P	C		
					Início	Fim								
2007	L	O	01/2007	STAR SERVICE TERCEIR IZAÇÃO LTDA05. 633.212/0 001-20	10/01/ 2007	09/01/ 2011	20	20						P
Observação:														
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte:

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de vigilância ostensiva

Unidade Contratante									
Nome: 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL									
UG/Gestão: 200127				CNPJ: 00.394.494/0122-23					
Informações sobre os contratos									
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Situação
						F	M	S	

					Início	Fim	P	C	P	C	P
2009	V	O	014/2009	08.578.865/ 0001-41	28/12/2 009	27/12/2 010					

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de vigilância ostensiva

Unidade Contratante											
Nome: 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL											
UG/Gestão: 200127						CNPJ: 00.394.494/0122-23					
Informações sobre os contratos											
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				
					Início	Fim	F		M		S
							P	C	P	C	P
2006	V	O	03/2006	12.066.015/ 0001-31	22/12/2 006	21/12/2 010					P
Observação:											

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: 17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL													
UG/Gestão: 200127						CNPJ: 00.394.494/0122-23							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1, 2 e 3	O	17/2010	O S SOUZA TRANSPORTE DE CARGAS – CAELY BLUE EXPRESS ME/EPP	19/07/2010	18/07/2011	3	3	1	1			A
Observação:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 													

7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

5.6.1. Absenteísmo

Foram registrados, no âmbito desta 17ªSRPRF/PI, o total de 326 atestados médicos e 16 faltas injustificadas.

5.6.2. Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

Não há indicadores.

5.6.3. Rotatividade (turnover)

Do campo “saída”, 02 (dois) dos 03 (três) servidores foram egressos na forma remoção.

Ingresso	0
Saída	3
Aposentadoria	3
Total	

As atividades de capacitação realizadas no ano de 2010 encontram-se sob a orientação e supervisão do NUCAP/PI.

5.6.4. Educação continuada

Plano Anual de Ensino - PAE

O *Plano Anual de Ensino – PAE2010*, elaborado pela regional foi encaminhado a Coordenação de Ensino e esta atendeu os requisitos para a execução .

Sempre que existe a necessidade de execução de um projeto, é encaminhado a proposta de realização dos cursos, considerando não apenas a aprovação da COEN como também das áreas do DPRF com relação direta na aplicação dos ensinamentos propostos.

A destinação de recursos para atender demandas específicas do PAE/2011.

Das ações de Ensino presencial

O NUCAP, dentre outras atribuições é responsável pelo acompanhamento da execução das ações de capacitação realizadas pela 17ª SPRF/PI, seja por iniciativa da Regional ou por solicitação das Instituições parceiras.

No ano de 2010 foram realizadas 36 ações de capacitações presenciais no âmbito do DPRF, em todas as Regionais, atingindo um público total de 202 policiais rodoviários federais.

O produto resultante das ações de capacitação é medido em unidades de capacitação, ou seja, a quantidade de servidores que participam de eventos de capacitação com a frequência mínima e/ou obtendo resultado de aptidão. Dessa forma, para um efetivo médio de 239 servidores, alcançamos o índice de 0,8 unidades de capacitação por servidor.

Dados de capacitação consolidados mês a mês no ano de 2010

Considerando-se o somatório da carga horária dos eventos por efetivo atingido, alcançamos o total aproximado de 2.464 horas-aula, o que representa um índice de 10,3 horas-aula de capacitação por servidor.

Observa-se, abaixo, que o número de capacitação mensal atingiu o pico no mês de outubro e que mais da metade das capacitações realizadas no ano ocorreram entre os meses de agosto e novembro de 2010.

NÚMERO DE CAPACITAÇÕES ALCANÇADAS MÊS A MÊS – 2010

RESPONSÁVEIS PELOS EVENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAIS
Evolução 2010	0	0	4	2	1	3	3	3	2	4	7	7	36

Os dados apurados vêm sendo aperfeiçoados e enriquecidos ao longo dos últimos anos, superando, desde 2007, o índice mínimo de 01(uma) capacitação por servidor, para o efetivo médio considerado de 9.270 servidores.

Das ações em parceria com outras Instituições

O NUCAP/PI ofereceu a outras instituições 01 curso de CURSO BÁSICO DE TÉCNICAS OPERACIONAIS DE SEGURANÇA . Dentre todos servidores da Regional capacitados, alguns foram em razão das parcerias realizadas por vagas oferecidas pelas instituições.

Das disposições finais

A Coordenação de Ensino desenvolveu em 2010, um elevado número de ações que representaram em um acréscimo de 12,7% no número de capacitações em relação ao ano de 2009.

Além do acréscimo no número de ações e unidades de capacitações executadas, observamos uma distribuição mais homogênea das ações no que tange ao número de servidores atingidos em todas as Regionais, desde os que atuam na área finalística até os superintendentes e chefes de distritos regionais.

As ações de iniciativa da Coordenação de Ensino em atenção às demandas das outras Coordenações tiveram importante papel na melhoria da democratização do ensino uma vez que, em geral, sempre exigem a participação de representantes de todas as Regionais e estes, de alguma forma, dissiparão todo o conhecimento em âmbito nacional.

5.6.9. Satisfação e motivação

Não há indicadores.

5.6.10. Disciplina

A seguir constam dados de cada processo administrativo pertencentes à 17ª SRPRF/PI:

1)

Número do processo:	08.668.000.566/2008-65				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	178/2009			Data: 24/08/09
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Faltar ao serviço.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
	X	Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:	Prescrição de advertência.				
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

2)

Número do processo:	08.668.000.392/2008-31				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	180/2009			Data: 24/08/09
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto da pistola funcional.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
	X	Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

3)

Número do processo:	08.668.001.907/2008-10				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	375/2009			Data: 15/12/09
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

4)

Número do processo:	08.668.003.306/2007-61				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	067/2009			Data: 16/04/09
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição	X	Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:	Suspensão de 03 dias.				
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

5)

Número do processo:	08.668.002.596/2009-97					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
Número e data do Ato:	Nº:	373/2009		<input type="checkbox"/>	Data: 15/12/09	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Faltar ao serviço.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

6)

Número do processo:	08.668.001.960/2008-11				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	181/2009			Data: 24/08/09
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
	X	Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:	Prescrição de advertência.				
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

7)

Número do processo:	08.668.001.366/2008-20					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
Número e data do Ato:	Nº:	186/2009			Data: 24/08/09	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:	Suspensão de 03 dias.					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

8)

Número do processo:	08.668.000.077/2008-11				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	187/2009			Data: 24/08/09
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

9)

Número do processo:	08.668.001.097/2008-00				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	182/2009			Data: 24/08/09
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

10)

Número do processo:	08.668.003.068/2009-55					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
Número e data do Ato:	Nº:	091/2010			Data: 10/05/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Perda da carteira funcional.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

11)

Número do processo:	08.668.001.678/2009-14				
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	092/2010			Data: 10/05/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

12)

Número do processo:	08.668.004.121/2009-35				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	093/2010			Data: 10/05/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição	X	Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:	Penalidade de advertência.				
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

13)

Número do processo:	08.668.000.542/2009-97					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
Número e data do Ato:	Nº:	094/2010			Data: 10/05/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Faltar ao serviço.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input checked="" type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:	Advertência prescrita.					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

14)

Número do processo:	08.668.001.732/2009-21				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	095/2010			Data: 10/05/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Improbidade administrativa.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

15)

Número do processo:	08.668.002.988/2005-71				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	096/2010			Data: 10/05/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Advocacia administrativa.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em		X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

16)

Número do processo:	08.668.001.366/2010-44					
Tipo de Processo:	X	Sindicância Investigativa				Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial				Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	099/2010				Data: 12/05/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar prescrição.					
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa		Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /				Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação		Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

17)

Número do processo:	08.668.001.575/2009-54					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
Número e data do Ato:	Nº:	100/2010			Data: 12/05/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de armamento e identidade funcionais.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

18)

Número do processo:	08.668.003.939/2008-50					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
Número e data do Ato:	Nº:	101/2010			Data: 12/05/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de armamento.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

19)

Número do processo:	08.668.004.889/2009-17					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
Número e data do Ato:	Nº:	102/2010			Data: 12/05/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com viatura.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

20)

Número do processo:	08.668.004.443/2009-84				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	103/2010			Data: 12/05/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Desurbanidade, maus-tratos e deixar de comunicar irregularidade.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição	X	Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:	Penalidade de advertência aplicada a um servidor, os outros dois foram absolvidos.				
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

21)

Número do processo:	08.668.001.681/2009-38				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	104/2010			Data: 12/05/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

22)

Número do processo:	08.668.001.956/2009-33					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
Número e data do Ato:	Nº:	105/2010			Data: 12/05/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

23)

Número do processo:	08.668.003.053/2008-14					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
Número e data do Ato:	Nº:	106/2010			Data: 12/05/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Perda da carteira funcional.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

24)

Número do processo:	08.668.003.993/2009-86					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
Número e data do Ato:	Nº:	117/2010			Data: 01/06/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

25)

Número do processo:	08.668.002.111/2008-84				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	142/2010			Data: 16/06/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com viatura.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em 17/11/2009		X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

26)

Número do processo:	08.668.002.085/2008-94					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo-	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
Número e data do Ato:	Nº:	143/2010			Data: 16/06/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Uso indevido de arma funcional.					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

27)

Número do processo:	08.668.001.074/2009-78					
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa				Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial				Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	X	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	144/2010				Data: 16/06/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Corrupção.					
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa		Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /			X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação		Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita			X	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

28)

Número do processo:	08.668.001.519/2005-96				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº	170/2010			Data: 09/07/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Faltar ao serviço.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
	X	Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:	Penalidade de suspensão prescrita.				
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

29)

Número do processo:	08.668.003.535/2007-85				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	178/2010			Data: 15/07/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Desurbanidade e maus-tratos.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

30)

Número do processo:	08.668.000.758/2010-96				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	179/2010			Data: 15/07/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Faltar ao serviço.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em 22/02/2010		X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição	X	Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:	Suspensão de 02 dias.				
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

31)

Número do processo:	08.668.004.198/2009-13					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
Número e data do Ato:	Nº:	180/2010			Data: 15/07/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

32)

Número do processo:	08.668.000.464/2009-21				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	196/2010			Data: 04/08/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Desurbanidade e maus-tratos.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

33)

Número do processo:	08.668.001.698/2004				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	197/2010			Data: 04/08/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Disparo de arma de fogo em via pública.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

34)

Número do processo:	08.668.003.693/2008-16				
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	198/2010			Data: 04/08/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em		<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

35)

Número do processo:	08.668.000.054/2007-18				
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	199/2010			Data: 04/08/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Ausentar-se do serviço sem autorização.				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em		<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

36)

Número do processo:	08.668.002.098/2010-88				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	201/2010			Data: 04/08/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Utilização indevida da arma cautelada e ameaça.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:	X	Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

37)

Número do processo:	08.668.001.685/2008-35				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa		X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº	107/2008			Data: 09/06/08
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Chegar atrasado ao serviço.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição	X	Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:	Suspensão de 02 dias.				
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

38)

Número do processo:	08.668.000.259/2008-84				
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial		X	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	177/2009			Data: 24/08/09
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Emissão de livre-trânsito.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição	X	Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:	Suspensão de 65 dias.				
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

39)

Número do processo:	08.668.002.584/2010-04				
Tipo de Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	261/2010			Data: 17/09/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar prescrição processual.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /		X	Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

40)

Número do processo:	08.668.003.315/2010-57				
Tipo de Processo:	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo-
Ato instaurador	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	320/2010			Data: 18/11/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de identidade funcional.				
Situação do processo:		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /			X Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação	Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita			X Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

41)

Número do processo:	08.668.002.582/2010-15					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	321/2010				Data: 18/11/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Desurbanidade e abuso de autoridade.					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /			<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

42)

Número do processo:	08.668.001.812/2010-11					
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)	
Número e data do Ato:	Nº:	322/2010			Data: 18/11/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

43)

Número do processo:	08.668.002.572/2010-71				
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	323/2010			Data: 18/11/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Faltar ao serviço e não observar normas legais e regulamentares.				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

44)

Número do processo:	08.668.001.786/2010-21					
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial				Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	324/2010				Data: 18/11/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.					
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa		Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /				Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação		Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

45)

Número do processo:	08.668.002.165/2010-64					
Tipo de Processo:		Sindicância Investigativa			X	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial				Processo Administrativo-
Ato instaurador:	X	Portaria		Ordem de Serviço		Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	325/2010				Data: 18/11/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Chegar atrasado ao serviço.					
Situação do processo:	X	Instrução		Indiciamento/Defesa		Relató
		Processo encaminhado para julgamento em / /				Processo Julgado
Julgamento:		Absolvição		Apenação		Instauração de PAD (na
		Penalidade Prescrita				Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:		MPF				AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

46)

Número do processo:	08.668.001.903/2010-56				
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	326/2010			Data: 18/11/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Não observar normas legais e regulamentares.				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

47)

Número do processo:	08.668.002.849/2010-66				
Tipo de Processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº:	327/2010			Data: 18/11/10
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Moralidade administrativa.				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	Relató
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em / /		<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

5.6.7. Desempenho funcional

Não há indicadores.

5.6.8. Níveis salariais

Policial Rodoviário Federal			
- Nível Superior -			1-Jul-10
CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO (R\$)	SUBSÍDIO APOSENTADO (R\$)
INSPETOR	III	10544,14	10544,14
	II	10237,03	10237,03
	I	9938,87	9938,87
AGENTE ESPECIAL	VI	9376,29	9376,29
	V	9103,19	9103,19
	IV	8838,05	8838,05
	III	8580,63	8580,63
	II	8330,71	8330,71
	I	8088,07	8088,07
AGENTE OPERACIONAL	VI	7443,29	7443,29
	V	7369,6	7369,6
	IV	7296,63	7296,63
	III	7224,39	7224,39
	II	7152,86	7152,86
	I	7082,04	7082,04
AGENTE	I	5804,95	5804,95

Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
(Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal)

- Nível Auxiliar -												julho de 2009				
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		VANTAGEM	ADICIONAIS	GDATPRF (*)		ATIVO (em R\$)		GDATPRF (*)		APOSENTADO TOTAL (em R\$)	GDATPRF R\$/ponto art 158	Pontos	Valores a serem pagos aos R\$	
		A	B			80 pts	100 pts	80 pts	100 pts	50 pts	50 pts					
						C	D	E = (A + B + C) = (A + B + D)		D) G		H = (A + B + G)				
	II	1660	8440,00			318	40398,00	2.119	2.198,84	199	00	1.999,84	3,98	00	8	199
Especial		1657	6439,00			315	6394,45	2.112	2.191,09	197	23	1.993,87	3,94	45	8	197
		1654	4838,00			312	74390,93	2.103	2.183,38	195	47	1.987,92	3,90	93	8	195

5.6.9. Demandas trabalhistas

Não há indicadores.

6. Transferências

6.1. Transferências efetuadas no exercício

6.1.1. Relação dos instrumentos de transferências

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO				
Informações sobre as transferências									
Mod alida	Nº do instrument	Beneficiário	Valores pactuados		Valores repassados		Vigência		Sit.
					No	Acumulado			

de	o		Global	Contrapartida	exercício	até exercício	Início	Fim	
Modalidade:				Situação da Transferência:					
1 - Convênio				1 - Adimplente					
2 - Contrato de Repasse				2 - Inadimplente					
3 - Termo de Parceria				3 - Inadimplência Suspensa					
4 - Termo de Cooperação				4 - Concluído					
5 - Termo de Compromisso				5 - Excluído					
				6 - Rescindido					
				7 - Arquivado					

Não houve transferências efetuadas por esta 17ª SRPRF/PI.

6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:				UG/GESTÃO		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio						

Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

Não houve transferências efetuadas por esta 17ª SRPRF/PI.

6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. De instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					

Totais					
--------	--	--	--	--	--

Não houve transferências efetuadas por esta 17ª SRPRF/PI.

6.1.4. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse.

Unidade Concedente						
Nome:						
CNPJ:			UG/GESTÃO:			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos de montantes repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade				
		Montante Repassado				
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			
		Contas NÃO prestadas	Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			
	Contas prestadas		Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			

2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado (R\$)		
2008	Contas prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado (R\$)		
Anteriores a 2008	Contas prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado (R\$)		

Não houve transferências efetuadas por esta 17ª SRPRF/PI.

6.1.5. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.

Unidade Concedente ou Contratante
Nome:

CNPJ:		UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos	
			Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de Contas prestadas			
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		
		Montante repassado (R\$)		
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade aprovada	
			Quantidade reprovada	
			Quantidade de TCE	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
		Montante repassado (R\$)		
2009	Quantidade de contas prestadas			
	Contas analisadas	Quantidade aprovada		
		Quantidade reprovada		
		Quantidade de TCE		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
Montante repassado (R\$)				
	Quantidade de contas prestadas			
		Quantidade aprovada		

2008	Contas analisadas	Quantidade reprovada		
		Quantidade de TCE		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
		Montante repassado (R\$)		
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
		Montante repassado		

Não houve transferências efetuadas por esta 17ª SRPRF/PI.

6.2. Análise crítica

Não houve transferências efetuadas no exercício de 2010.

7. Funcionamento do sistema de controle interno

7.1 Estrutura de controles internos da UJ

Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente					x

Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					x
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					x
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					x
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					x
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de					x

Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x

Considerações gerais: A 17ª SRPRF/PI, frente à constante rotatividade dos servidores na Seção Administrativa e Financeira, em virtude da vacância de cargo, remoção de servidor e da dificuldade da interpretação da legislação da norma legal, tem prejuízo na celeridade da execução orçamentária.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado

Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
no contexto da UJ.					

8. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p>			x		
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>			x		
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>			x		
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>			x		
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p>			x		

<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado foi adquirido em 2010 com empenho de 2009). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel reciclado.				x	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Veículos com garantia de obediência aos critérios de sustentabilidade.				x	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no	x				

Decreto nº 5.940/2006.					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	x				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	x				
Considerações Gerais: A 17ª SRPRE/PI vem aplicando a Instrução Normativa MPOG nº 03/2009 às suas contratações e aquisições.					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito</p>					

na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9. Gestão do patrimônio imobiliário

9.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

9.1.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PIAUÍ	14	14
	Teresina	3	3
	Campo Maior	1	1
	Piripiri	1	1
	São João da Fronteira	1	1
	Floriano	2	2
	Picos	2	2
	Valença	1	1
	Alegrete	1	1
	Parnaíba	2	2
SUBTOTAL		14	14
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
SUBTOTAL EXTERIOR		0	0
TOTAL (BRASIL+EXTERIOR)		14	14

9.1.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros

Não há

9.1.3. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ

R\$ 1,00

UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200127	1043.00016.500-9 (Município de Campo Maior)	Desconcentração da Administração Federal Direta	Bom	37050,65	24/05/01	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1077.00036.500-2 (Município de Floriano)	Desconcentração da Administração Federal Direta	Bom	29774,48	07/12/01	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1153.00044.500-5 (Município de Parnaíba)	Desconcentração da Administração Federal Direta	Bom	44367,3	07/12/01	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1159.00017.500-7 (Município de Picos)	Desconcentração da Administração Federal Direta	Bom	27983,74	07/12/01	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
200127	1165.00005.500-6 (Município de Piracuruca)	Desconcentração da Administração	Bom	45903,6	07/12/01	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00

		Federal Direta						
20012 7	1167.00212.500-8 (Município de Piripiri)	Desconcentraçã o da Administração Federal Direta	Bom	53146,18	07/12/01	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
20012 7	1219.00122.500-5 (Município de Teresina)	Desconcentraçã o da Administração Federal Direta	Bom	8971,42	07/12/01	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
20012 7	1219.00123.500-0 (Município de Teresina)	Desconcentraçã o da Administração Federal Direta	Bom	22660,09	07/12/01	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
20012 7	1219.00154.500-0 (Município de Teresina)	Desconcentraçã o da Administração Federal Direta	Bom	21797,71	07/12/01	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
20012 7	1225.00011.500-6 (Município de Valença do Piauí)	Desconcentraçã o da Administração Federal Direta	Bom	63468,29	07/12/01	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
20012 7	2269.00002.500-4 (Município de Alegrete do Piauí)	Desconcentraçã o da Administração Federal Direta	Bom	22531,1	07/12/01	Não consta no SPIUNET	0,00	0,00
TOTAL							0,00	0,00

10. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	x				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	2				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			x		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	x				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	x				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de	x				

nível de serviço.					
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	25,00%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	x				
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

11. Renúncias Tributárias

Não houve renúncias tributárias no âmbito desta Unidade Desconcentrada, qual seja, a 17ª SRPRF/PI.

12. Deliberações dos Órgãos de Controle

12.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve deliberações do TCU no exercício de 2010.

12.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício de 2010.

12.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não houve recomendações do OCI atendidas no exercício de 2010..


B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. Declaração do contador responsável



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/PI		200127	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, a seguinte:</p> <p>a) Falta de registro da depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.30.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	09 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n.º	DF 9.261/O-7


José Carlos Gomes
COORDENADOR GERAL DE CONTABILIDADE

